



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS  
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – MEL

**ANA PAULA FAGUNDES GUIMARÃES DE ALMEIDA**

**EFEITOS DE SENTIDO EM DISSERTAÇÕES  
ESCOLARES:  
A DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER**

Feira de Santana, BA  
2018

**ANA PAULA FAGUNDES GUIMARÃES DE ALMEIDA**

**EFEITOS DE SENTIDO EM DISSERTAÇÕES  
ESCOLARES:  
A DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER**

Trabalho parcial da Dissertação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Luzia Carneiro Borges.

Feira de Santana, BA  
2018

**ANA PAULA FAGUNDES GUIMARÃES DE ALMEIDA**

**EFEITOS DE SENTIDO EM DISSERTAÇÕES**

**ESCOLARES:**

**A DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER**

Trabalho parcial da Dissertação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Luzia Carneiro Borges (Orientadora)  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

---

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Há um desejo de liberdade...

## AGRADECIMENTOS

Ao Eterno, que é digno de toda honra, glória, louvor e exaltação. Por tudo que o Senhor fez, tem feito e irá fazer, não por merecimento meu, mas por amor do Teu nome: Adonai.

A minha grande incentivadora (tudo é culpa dela), que sempre esteve comigo. Sem os seus incentivos e conselhos, não teria chegado aqui. Aretuza, amiga do coração.

Pela paciência ao tolerar todas as minhas muitas ausências, pelo incentivo a buscar cada vez mais, agradeço a você, Telmo.

Agradeço a quem com mansidão e serenidade me conduziu pelo caminho do saber, conhecimento e descoberta. À minha orientadora, por todo carinho, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Borges.

A quem se colocou à inteira disposição e depositou olhos de carinho e mansidão no momento da qualificação, com palavras de incentivo, as quais me motivaram a continuar. Aos examinadores Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Palmira Heine e Prof. Dr. Gilberto Sobral.

Pelo carinho, preocupação e ensinamentos que ultrapassaram os muros da universidade, os quais carrego para a minha vida, de forma particular agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Araújo, coordenadora do Mel, e à Prof.<sup>a</sup> Livia Mendonça.

À minha maravilhosa, linda, fantástica turma, que tornou a vida árdua de uma mestranda menos pesada e sofrida. Obrigada pelas ajudas, risos, abraços, que floream mais meu caminho. Em especial, obrigada a minhas *coorientadoras* Jeany e Miss, e ao coleguinha Léo, hoje irmãos que levarei em meu coração.

Pela disposição, pelo carinho e pela ajuda que ofereceram, agradeço a Jackeline Azevedo e Flágila Marinho. Com certeza, a contribuição de vocês foi de infinita importância. Muito obrigada.

Aos amigos da Biblioteca, em especial Girleide, Mércia, Mari, Lucas e Alberth, que muitas vezes ouviram meu choro e foi minha válvula de escape.

Ao LINSP e ao GEPEAD pelo acolhimento e contribuições durante esse período. Grata pela atenção que me fortaleceu.

Por permitirem a realização inicial dessa pesquisa abrindo as portas da Escola Maria Elizabete, agradeço à direção e estudantes que contribuíram com toda disponibilidade e energia.

E a todos que torceram por mim.

Entre o “sim” e o “não” só há um caminho: escolher.  
Ângela escolheu “sim”.  
Ela é tão livre que um dia será presa.  
“Presa por quê?”  
“Por excesso de liberdade”.  
“Mas essa liberdade é inocente?”  
“É”. “Até mesmo ingênua”.  
“Então por que a prisão?”  
“Porque a liberdade ofende”.

*(Clarice Lispector, Um sopro de vida)*

## RESUMO

O universo feminino é bastante retratado em vários ambientes da sociedade como propagandas, programas humorísticos de televisão, *outdoors*, textos escritos, imagéticos, músicas, ou seja, em vários gêneros textuais. Nessa vertente, constrói-se uma imagem da mulher que, na maioria das vezes, é passada despercebida pelo olhar da sociedade e, se ela for formada, na sua maioria de jovens e adolescentes, muitos desses não terão a preocupação de fazer uma análise mais crítica. Sendo assim, se não nos revestirmos de certa criticidade, podemos não analisar muitos aspectos críticos e políticos a respeito do ser mulher. Diante disso, este trabalho procura refletir sobre o discurso, em sua natureza ideológica, no que tange aos dizeres retomados acerca da temática mulher, através da análise do *corpus* deste trabalho, que se constituiu de dissertações escolares produzidas por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública no município de Santanópolis. A presente pesquisa foi baseada nos pressupostos da Análise do Discurso Pecheutiana. Analisamos as dissertações escolares com o objetivo de verificar os efeitos de sentido produzidos pelos alunos a partir das condições de produção e suas Formações Ideológicas (FI) e Formações Discursivas (FD). Para tanto, foi realizado uma oficina de leitura com o objetivo de que os alunos produzissem os textos escolares a partir da leitura de vários gêneros textuais que abordavam a temática mulher. Assim, foi ofertado textos diversos como: reportagem, letra de música, propaganda, conto, charge e tirinha. Os discursos foram analisados na tentativa de se perceber a quais formações ideológicas e formações discursivas esses alunos estão filiados, como também a tentativa de se perceber quais condições de produção e ideologia estão interpelados, como também buscamos compreender a partir dos dispositivos da Análise do Discurso os posicionamentos dos alunos e da sociedade sobre a mulher. Diante das análises apresentadas e dos dados levantados é possível notar que os discursos são mobilizados a partir dos já-ditos produzidos em outros espaços e de uma memória discursiva já estabelecida na sociedade, porém há algumas rupturas por parte de alguns alunos quando se desidentificam com a ideologia dominante. Podemos notar também que alguns discursos estão envoltos ao silêncio significativo.

**Palavras-chave:** Discurso, Mulher, Sentido, Formação ideológica, Formação discursiva

## ABSTRACT

The feminine universe is quite portrayed in various environments of society such as advertising, humorous TV programmes, billboards, written texts, images, songs, that is to say, in several textual genres. In this aspect, it is built an image of the woman that, for most part of the time, is unnoticed by society's eye and, if it is formed, mostly by young people and teenagers, many of them won't worry about making a more critical analysis. Therefore, if we don't attribute to ourselves a certain criticality, we may not analyze many critical and political aspects concerning the woman. Before this, this work aims to reflect about the discourse, in its ideological nature, concerning the sayings resumed about the woman's thematic, through the analyzes of the *corpus* of this work, which was constituted by school dissertations produced by students from the 9<sup>o</sup> year of Elementary school, from a public school in the municipality of Santanópolis. The present research was based in the assumptions of the Pêcheux's discourse analysis. We have analyzed the school dissertations with the objective of assess the effects of sense produced by the students through the conditions of production and its ideological formations (FI) and discursive formations (FD). For this purpose, it was realized a reading workshop aiming the students to produce school texts from the reading of various textual genres that approached the woman's thematic. Thus, it was offered diverse texts such as: reporting, song lyrics, advertising, tale, cartoon and comic strips. The discourses were analyzed in the attempt of noticing to what ideological formations and discursive formations these students are affiliated, as well as the attempt of noticing what production conditions and ideology they are summoned, as well as we sought understand from the discourse analyzes' mechanisms the positioning of the students and of the society towards the woman. Accordingly with the presented analyzes and surveyed data it is possible to notice that the discourses are mobilized from the already said in another spaces and of a discursive memory already established in the society, however there are some ruptures coming from some students when they do not identify themselves with the dominant ideology. We could also notice that some discourses are wrapped in the meaning silence.

**Key-words:** Discourse, Woman, Sense, Ideological formation, Discursive formation.



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Texto-base Reportagem .....	68
<b>FIGURA 2</b> – Texto-base Propaganda.....	69
<b>FIGURA 3</b> – Texto-base Letra de Música.....	69
<b>FIGURA 4</b> – Texto-base Charge e Conto .....	70
<b>FIGURA 5</b> – Texto-base Tirinha.....	71

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Sequências discursivas sobre a mulher .....	73
<b>QUADRO 2</b> – Categoria: A mulher como sexo forte.....	75
<b>QUADRO 3</b> – Categoria: A mulher no lar .....	76
<b>QUADRO 4</b> – Categoria: A mulher e o trabalho.....	76
<b>QUADRO 5</b> – Categoria: Direito das mulheres .....	77
<b>QUADRO 6</b> – Categoria: Mulher, corpo e sexualidade .....	77
<b>QUADRO 7</b> – Uma força significativa na sociedade .....	79
<b>QUADRO 8</b> – Bela, recatada e livre em qualquer lugar.....	81
<b>QUADRO 9</b> – Participação e valorização no trabalho .....	83
<b>QUADRO 10</b> – Conquista de direitos para as mulheres.....	86
<b>QUADRO 11</b> – Donas do próprio corpo .....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

**AD** – Análise do Discurso

**FD** – Formação Discursiva

**FI** – Formação Ideológica

**SD** – Sequência Discursiva

**RD** – Recorte Discursivo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>1 PROCESSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....</b>	<b>14</b>
SUJEITO .....	17
DISCURSO E EFEITOS DE SENTIDO .....	20
INTERDISCURSO .....	24
<b>1.3.1 Formação ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD).....</b>	<b>27</b>
O SILÊNCIO E SEU FUNCIONAMENTO .....	31
<b>2 TEXTO E LEITURA NA ANÁLISE DE DISCURSO: NOÇÕES TEÓRICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SALA DE AULA.....</b>	<b>35</b>
TEXTUALIDADE E DISCURSO: MATERIALIDADES CONTRADITÓRIAS 35	
LEITURA E DISCURSIVIZAÇÃO: A INTERPRETAÇÃO NO CAMPO DISCURSIVO.....	40
<b>3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE.....</b>	<b>46</b>
A MULHER COMO SEXO FRÁGIL .....	47
A MULHER NO LAR .....	49
A MULHER E O TRABALHO .....	51
DIREITOS DAS MULHERES .....	56
CORPO E SEXUALIDADE DA MULHER .....	58
<b>4 PROCESSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>62</b>
DEFINIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E ETAPAS DA PESQUISA .....	66
TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS .....	71
<b>5 O DISCURSO SOBRE A MULHER NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE TEXTOS .....</b>	<b>79</b>
FORÇA SIGNIFICATIVA NA SOCIEDADE.....	79
BELA, RECATADA E LIVRE EM QUALQUER LUGAR.....	81
PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO NO TRABALHO .....	83
A CONQUISTA DE DIREITOS PARA A MULHER.....	86
DONAS DO PRÓPRIO CORPO .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem origem numa inquietação cotidiana que vivencio como professora no ambiente escolar. Faz parte do meu dia a dia em sala de aula a análise de ideias e sentidos produzidos pelos alunos através de textos e, neste trabalho de pesquisa, pretendo voltar o olhar, à luz da Análise do Discurso, para a análise das produções textuais com a temática “mulher”. Esta pesquisa, no âmbito da educação, é importante para desenvolver a competência leitora dos alunos, assim como para verificar a construção de sentidos nos discursos disseminados na sociedade. Discursos, aqui, não como a comunicação linear defendida por Jakobson, em que o emissor fala a mensagem através de um código, a qual o receptor entende de forma unívoca; nem como a noção de fala, baseada na individualidade do sujeito, como aponta Saussure dentro do Estruturalismo. O discurso, aqui usado segundo a Análise do Discurso, é referido como efeito de sentido entre dois pontos; não transparente, opaco. Observo, em sala de aula, as materialidades produzidas pelos alunos a partir de suas formações discursivas, possibilitando que a aula de Língua Portuguesa traga reflexões acerca de temas sócio-histórico-ideológicos em torno da linguagem, através dos mecanismos de produção de efeitos de sentidos. Ao delimitar o tema desta pesquisa, buscou-se mostrar a relevância de despertar o interesse de alunos para a análise sobre como gêneros textuais diversificados podem constituir-se espaços discursivos.

Na perspectiva da Análise do Discurso, cada enunciado gera sentidos de acordo com as condições de produção em que o interlocutor se encontra e com as formações discursivas nas quais os enunciadores se inscrevem, ou seja, esse enunciado é marcado pela posição social, surgindo assim um efeito de sentido. Tal estudo tem como objetivo, portanto, analisar o discurso sobre a mulher, com atenção para as Formações Discursivas e Ideológicas, bem como para os elementos do interdiscurso na constituição dos efeitos de sentido em produções textuais feitas em sala de aula. Serão considerados, para análise, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam as condições de produção e as posições dos sujeitos vinculados ao discurso. As marcas linguísticas analisadas serão determinantes para a análise das produções de textos dos alunos em sala de aula.

Através do *corpus*, que são dissertações escolares produzidas por alunos de uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental II, analisaremos o discurso e os efeitos de sentido. Essa produção foi elaborada com base em textos de diversos gêneros, como charge, tirinha, letra de música, conto, propaganda e reportagem. Escolhemos essa diversidade de gêneros pelo fato de os alunos já estarem familiarizados com todos eles e por serem os mais disponíveis em seu

cotidiano.

Nesse panorama, a hipótese deste estudo é a de que os sentidos constituídos pelos alunos ainda podem externar a imagem de uma mulher limitada, tachada e estereotipada como mulher-objeto, entendendo que os alunos reproduzem sentidos ancorados nas formações discursivas e ideológicas que se inscrevem na materialidade discursiva.

Este trabalho dissertativo reveste-se da abordagem qualitativa, pois cumprirá os passos destinados à pesquisa de campo, que é coleta de dados, análise e interpretação. A metodologia tem como aporte teórico autores como Pêcheux (2009), Orlandi (2009), Heine (2012), Brandão (2012), Fernandes (2008), Lagazzi-Rodrigues (1988).

Quanto à sistematização, o trabalho foi dividido, além desta Introdução, em quatro seções. Na primeira seção, PROCESSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, abordamos os aspectos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa, de base pecheutiana, colocando o discurso como sócio-histórico, e tecendo reflexões sobre como a língua se materializa na ideologia, a qual se manifesta na língua.

Na segunda seção, TEXTO E LEITURA NA ANÁLISE DE DISCURSO: NOÇÕES TEÓRICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SALA DE AULA, procuramos apresentar aspectos relevantes sobre texto e leitura, permeados pelos conceitos de historicidade, exterioridade, polissemia e paráfrase. Na terceira seção, BREVE HISTÓRICO SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE, apresentamos uma breve visão acerca do discurso sobre a mulher na sociedade. Na quarta seção, PROCESSO METODOLÓGICO, são expostos os procedimentos metodológicos, a definição do *corpus* e a técnica de análise dos dados. Na quinta seção, O DISCURSO SOBRE A MULHER NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE TEXTOS, procederemos à análise do *corpus* – redações dos alunos – para examinar, assim, a materialidade discursiva, a qual é conteúdo indispensável na realização da teoria da Análise do Discurso. Nas Considerações finais, expomos observações que dizem respeito aos sentidos construídos através do tempo sobre a mulher na sociedade, verificados a partir das dissertações escolares dos alunos, ancorados nas condições de produção do discurso.

Portanto, esta pesquisa busca refletir sobre como é retratado o *sujeito* mulher e o lugar social que ocupa a partir de textos dissertativos coletados numa turma de 9º ano do Ensino Fundamental II, no município de Santanópolis – Bahia. Assim, este trabalho busca colaborar com as reflexões acerca da imagem feminina e a sua discursivização construídas segundo a ótica dos adolescentes e jovens supracitados.

## 1 PROCESSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A Análise de Discurso de Linha Francesa, que tem como precursor o filósofo Michel Pêcheux, nasce na década de 60 e tem como filiações teóricas o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística. Em um momento de efervescência social e de reformulações teóricas sobre a linguagem e seu funcionamento, Michel Pêcheux estabeleceu como pretensão profissional elaborar uma teoria que viabilizasse a solução de problemas que surgiam nas ciências sociais, pois, segundo seu ponto de vista, ainda não possuía uma totalidade empírica.

Dessa forma, com a publicação de *A Análise Automática do Discurso* (1969), articulou-se, então, o quadro epistemológico da Análise de Discurso de Linha Francesa (doravante, AD). Segundo Henry (1993 [1975], p. 14), esse quadro surge a partir da tentativa de Pêcheux de reformular as teorias das ciências sociais. Assim como Louis Althusser fez nas suas releituras de Marx, reformulando a concepção de materialismo histórico, e Lacan, na Psicanálise, ao retornar a Freud, Pêcheux caracteriza alguns aspectos pertinentes do estruturalismo como não reducionista em relação à linguagem.

No Marxismo, a concepção materialista da história associa-se à luta de classes e à teoria das ideologias defendida por Althusser, com base nas formações sociais e nos seus modos de produção, ou seja, existe o real da história que o indivíduo, a qual não lhe é transparente. Desse modo, o homem é interpelado pela historicidade. Mussalim (2012, p. 122) reafirma a falta plena de liberdade desse sujeito que se coloca num lugar específico, envolvido pela formação social, e enuncia a partir de um lugar preenchido. Assim, o sujeito não controla os sentidos.

Da Psicanálise, Pêcheux introduz a noção de sujeito, afetado pela história, a qual não lhe é transparente, e pelo real da língua. Esse sujeito é descentrado, constitui-se na história envolta no simbólico. Desse modo, compreende-se que todas as palavras produzem sentidos e que a sua significação ocorre de nós e em nós. Orlandi (2015, p. 18) afirma que o sujeito de linguagem é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como eles os afetam. Assim, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Do Estruturalismo, Pêcheux traz a noção de língua como um sistema de mecanismo simbólico de interação entre o homem e o social. Pêcheux faz críticas a Saussure no que tange à dicotomia *langue* e *parole*, segundo a qual a língua deveria ser estudada por ela mesma,

desconsiderando os fatores sociais e possuindo um caráter homogêneo, ou seja, o estudo da língua seria apenas descritivo. No entanto, para a Análise de Discurso, não interessa estudar a língua do ponto de vista gramatical, nos aspectos morfológicos, sintáticos ou fonológicos, e sim contemplá-la a partir da perspectiva do seu funcionamento, como ocorrências pautadas pelas particularidades ideológicas e históricas de cada enunciador. Sobre isso, Heine assevera:

Refuta-se, na Análise do Discurso de Linha Francesa, a ideia de que o signo linguístico possui um sentido preestabelecido; ao contrário, os sentidos dos signos linguísticos ou ainda dos enunciados dependem da ideologia aos quais se filiam dos sujeitos que os produzem e das condições histórico-sociais em que são gestados. Dessa forma considera-se a língua opaca. (HEINE, 2012, p. 18).

Partindo do quadro epistemológico e histórico, a Análise do Discurso configura-se em três fases de formulações teóricas. Na primeira fase, denominada AD-1, começa a surgir a ideia de Maquinaria Discursiva, por pensar ser possível analisar discursos semelhantes através de uma ferramenta metodológica em que se seguiam passos para efetuar as análises em documentos (o arquivo). Assim define-se a entrada dos estudos discursivos. Na concepção de Mussalim:

Têm-se, então, a noção de “maquinaria discursiva”: uma estrutura (condições de produção de produção estáveis) responsável pela geração de um processo discursivo a partir de um conjunto de argumento e de operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem, limitam um discurso. (MUSSALIM, 2012, p. 130).

Nessa condição, era perceptível que a própria materialidade estrutural era suficiente para produzir sentido. Logo, essas análises surgiam da estrutura sintática; os sentidos eram construídos a partir de tais estruturas, pois não se levava em conta a polissemia. Os discursos eram fechados em si.

Na segunda fase, conhecida por AD-2, estabiliza-se a noção de maquinaria discursiva, em que se observavam palavras próximas para realizar a análise discursiva. Dessa forma, analisavam de forma automática os discursos próximos. Surge, nesse período, o conceito de Formação Discursiva, fundado por Michel Foucault (1969/2004) e acolhido por Pêcheux. No entanto, diferentemente de Foucault, Pêcheux considera a formação discursiva como elemento constitutivo da formação ideológica. É nessa fase, AD-2, que também surge a noção de interdiscurso. Para Pêcheux e Fuchs (1993):



O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva (PÊCHEUX; FUCHS, 1993 [1975], p. 168).

Assim, as relações sociais se confrontam e se esbarram devido a formações ideológicas heterogêneas, e isso permite que a exterioridade, isto é, a história, a ideologia, as condições sociais influenciem as formações discursivas atravessadas por outras formações discursivas. Na concepção de Heine (2012, p. 53), é impossível haver uma formação discursiva que não seja dominada pelo interdiscurso, pelo já-dito. Dessa forma, se aceita o entendimento de que todo discurso provém de um já-dito, de uma rede de pré-construídos.

Na última fase, denominada AD-3, rompe-se com a noção de maquinaria discursiva e põe-se em evidência a noção de interdiscurso. Para Pêcheux (1993 [1975], p. 77), fica claro que:

O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1993 [1975], p. 77).

A noção de interdiscurso, que engloba a noção de já-ditos, pode ser descrita como todos os dizeres possíveis que podem afetar o sujeito na produção do discurso. Assim, o que é falado surge sempre de todo um conjunto de pré-construídos, daquilo que falamos no discurso. As formações discursivas (FD) originam o assujeitamento do sujeito, ao passo que as FDs derivam do interdiscurso.

Segundo Orlandi (2015, p. 31-2), o interdiscurso especifica, como diz Michel Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior ) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. Trataremos agora de alguns conceitos básicos na teoria da AD, os quais proporcionarão o desenrolar deste trabalho.

## 1.1 SUJEITO

A AD é uma corrente teórica que conjectura acerca da interpretação e da sua prática, no entanto a Análise do Discurso não paralisa no que é interpretável, mas questiona seus limites e métodos, trabalhando-os sem buscar um sentido real. Portanto, o que interessa para a AD é, nos termos de Orlandi (2015, p. 13-4), a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Essa disciplina procura saber como os discursos funcionam, resgatando tanto a memória estabilizada, cristalizada, quanto a memória esquecida, rumo à ruptura, ao outro.

O sujeito, para a AD, é uma posição na estrutura social, ele ocupa um lugar no discurso, e isso o autoriza a assumir lugares a partir de representações. No discurso, o que vale é a posição preenchida por sujeitos constituídos pelos sentidos que se movem, vão de um lado para outro. O indivíduo é constituído em sujeito, devido à ideologia que o interpela. Assim, para se constituir sujeito, deve-se se submeter à língua e à ideologia. Conforme Pêcheux (1993),

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em outra das outras das duas classes sociais antagonistas do seu modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX, 1993 [1975], p. 165-6).

O sujeito assume posições dentro da ideologia, ele pode não concordar de forma unânime com todas as situações e, mesmo assim, estar assujeitado a uma ideologia. Segundo Michel Pêcheux (1993[1975], p. 167), não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito”; é assim que a língua faz sentido.

A noção de ideologia integrada à AD é, a partir do materialismo, sistematizada por Althusser após sua releitura de Marx, que vê o homem como um animal ideológico. Na concepção de Orlandi (2015, p. 49), o assujeitamento mostra-se a partir do momento em que o discurso apareça como instrumento do pensamento e reflexo da realidade.

Na Análise do Discurso, o sujeito, de acordo Fernandes (2008, p. 20), é constituído na inter-relação social; não é o centro do seu dizer, há em sua voz um conjunto de outras vozes, heterogêneas. Não é um ser empírico, e sim o próprio sujeito de discurso, ou seja, ele é

formado no meio social, daí dizer que é constituído por várias vozes na sociedade.

Logo “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” esta lei constitutiva da ideologia nunca se realiza “em geral”, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc.) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe (PECHÊUX, 1993, p. 167).

O indivíduo é interpelado pela ideologia a partir do momento em que ele é exposto a outras vozes advindas do ambiente sócio-histórico. Não existe realidade sem ideologia, pois é na ideologia que se concebe o sujeito e o sentido. Nos termos de Orlandi (2015, p. 45), o sentido é, assim, uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. Só existe sujeito porque existe discurso.

O assujeitamento aqui proposto, portanto, ocorre através da ideologia, pela qual o sujeito se constitui. Para Althusser, “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito”, e “não há ideologia senão pelo sujeito e para sujeitos”, os quais são submissos à ideologia; pensam que são donos do dizer, no entanto não o são.

Na AD, o sujeito é assujeitado, ele não é origem do dizer; logo, fala ininterruptamente através das formações discursivas (FD). Nos termos de Pêcheux, as FDs são tudo o que é possível e deve ser dito sobre um determinado enunciado em uma dada circunstância social apresentada, e as formações ideológicas (FI) não são uma fala do indivíduo, nem a fala universalizada, e sim o constituinte de um agrupamento social, um saber coletivo. Assim, a ideologia materializa-se no discurso que, segundo Orlandi (2015, p. 15), é o lugar em que se observa língua e ideologia, fazendo sentido pelos e para os sujeitos. No olhar de Brandão,

É a interpelação ideológica que permite a identificação do sujeito, e ela tem um efeito por assim dizer retroativo na medida em que faz com que todo sujeito seja “sempre já-sujeito”. Isto é, “o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito”. É isso que permite a resposta absurda e natural “sou eu” à pergunta “quem está aí”, mostrando que eu sou o único que pode dizer eu falando de mim mesmo. Essa interpelação de indivíduos em sujeitos se faz em nome de um Sujeito (com S maiúsculo) único e absoluto: “O indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, logo para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento” (BRANDÃO, 2012, p. 79).

O sujeito é afetado pela ideologia inconscientemente, ou seja, ele tem a ilusão de que é

o dono, a origem do seu dizer, isto é o que Pêcheux denomina *esquecimento nº 1*. Segundo o autor, é importante que haja esse apagamento da interpelação para que o indivíduo se constitua em sujeito, pois os sentidos não são originados em nós, eles são determinados a partir do modo como são inscritos na língua e na história e assim significam em nós e através de nós, contudo não por nossa vontade. Para Orlandi, o esquecimento nº 1 é definido como:

Esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos (ORLANDI, 2015, p. 33).

Temos ainda o *esquecimento nº 2*, assim intitulado por Pêcheux, o qual trata da enunciação, do que dizemos e do modo como articulamos esse dizer, da escolha por uma dada palavra e não por outra. No entanto esse esquecimento não é de total completude. Nos termos de Pêcheux, afirma-se que o sujeito é submisso ao “funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente, quando retoma seu discurso para explicar a si mesmo o que diz”, usando formas linguísticas como “interrogação retórica, reformulação tendenciosa, e o uso manipulatório da ambiguidade”.

Assim, o falante, para ter condições de reformular o seu discurso, faz uso e seleção de ironias, ambiguidades, paráfrase, numa eleição e uso dessas formas e “esquecimento” de outras, tendo, o sujeito, a ilusão de que o discurso espelha a realidade. Na visão de Orlandi:

É um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo dizer não é indiferente aos sentidos. (ORLANDI, 2015, p. 33).

Esse tipo de esquecimento é utilizado para especificarmos com mais clareza o que dizemos. Dessa forma, devemos ter consciência de que não somos a origem do nosso dizer, ou seja, do nosso discurso; além disso, somos interpelados por diversas formações discursivas e, de acordo com nossa história, selecionamos as palavras na utilização dos nossos discursos.

Esse sujeito é atravessado por vários discursos, possuindo nele várias posições. É um sujeito histórico-social e descentrado. Não está insensível ao mundo que o cerca; é social porque está imerso no coletivo, e descentrado por ser interpelado pela ideologia ao produzir o discurso, e, desse modo, a língua produz sentido. Sobre isso, Orlandi (2015) assevera:

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna-se possível tanto a permanência e a continuidade quanto ao deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2015, p. 13).

A língua constitui os sujeitos, e, somente através do assujeitamento ao sistema linguístico, o indivíduo se constitui como sujeito, marcado pela ideologia, usando-a em consonância com o contexto sociocultural em que vive. Fernandes (2008, p. 26) assegura que é “um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica cuja voz é constituída de um conjunto de vozes sociais”.

Analisa-se o discurso sócio-histórico, ou seja, para esta análise, tanto é importante a sociedade quanto a história, fazendo reflexões sobre como a língua se materializa na ideologia, a qual se manifesta na língua. Orlandi (2015, p. 15) defende que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica da ideologia é a língua”. Dessa forma, então, língua e ideologia se relacionam, e surgem assim os sentidos fabricados para os sujeitos e pelos sujeitos.

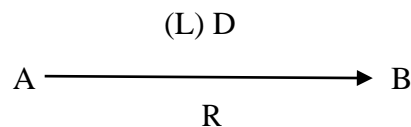
## DISCURSO E EFEITOS DE SENTIDO

Conforme assegura Orlandi (2015, p. 20), “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”. Dessa forma, não se trata apenas de transmissão de informação, mas de um processo complexo de instituição de sujeitos e produção de sentidos, por isso a teoria da Análise do Discurso não aceita esse esquema de comunicação formulado por Jakobson, pois, para a AD,

Nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso. No entanto a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades acima referidas não existem, como diz M. Pêcheux (1975), sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica (ORLANDI, 2015, p. 20).

Ao discorrer sobre a teoria da AD, Michel Pêcheux (1993 [1975], p. 82) salienta que discurso se trata de “efeito de sentido” entre os pontos A e B, em que A e B não são indivíduos, mas sim os lugares em que esses sujeitos sociais, enquanto posição, ocupam.

Antes se falava da noção de sentido baseado no esquema de comunicação de Jakobson, construído a partir dos elementos que designavam o emissor, o receptor, o código, o referente e a mensagem, como segue:



Representando:

A: o “destinador”;

B: o “destinatário”;

R: o “referente”;

(L): o código linguístico comum a A e a B;

→ : o “contato” estabelecido entre A e B;

D: a sequência verbal emitida por A em direção a B.

Pêcheux (1997) critica esse esquema por acreditar que, na teoria da informação, esses lugares citados anteriormente servem como representação dos sentidos possíveis e que há sempre um sentido pronto, defendendo que os sentidos não estão no sujeito; o sentido vem antes.

O sentido de uma sequência só é materialmente concebido na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva [...] Trata-se de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. [...] Os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. (PÊCHEUX, 1993 [1975], p. 82).

Segundo o esquema de Jakobson, a mensagem, aqui representada por “D”, é transmitida do emissor para o receptor através de um código, e tal mensagem chega ao receptor da mesma forma que sai do emissor. Nesse esquema, a mensagem chega de forma linear, em que o receptor só precisa decodificá-la. Para a Análise do Discurso, a informação chega de forma não linear, passa por um processo de significação de ambos os lados, isto é,

tanto para o emissor quanto para o receptor trata-se de um discurso em que estão envolvidos sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história.

Quando Pêcheux (1993 [1975], p. 82) defende que o discurso é o efeito de sentido que surge entre dois pontos, não considera esses dois pontos como pessoas, e sim como “algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, ou seja, considera-os como sujeitos. Essa representação não é literal, mas transformada. Assim, “os processos discursivos representam as formações imaginárias que designam o lugar de A e B”. Nesse caso, podemos concluir que A e B expressam lugares decorrentes de formações imaginárias atribuídas a si e ao outro, juntamente com imagens de seu próprio lugar e do lugar do outro. Assim, as condições de produção vêm à tona no processo discursivo, a partir das posições assumidas pelos protagonistas do discurso. É o que vemos, a seguir, no esquema sobre formações imaginárias, elaborado por Pêcheux:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A	I (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	I (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (1993 [1969], p. 83).

O discurso envolve questões linguísticas e históricas, já que, para a Análise do Discurso, a língua não é fechada em si; a língua é histórica e ideológica. Dessa maneira, a AD observa a língua em funcionamento em suas inúmeras formas de significar, pois a língua não é transparente. A língua é opaca, e a linguagem concretiza-se na ideologia. Para contemplar seu funcionamento, é necessário associá-la a seus aspectos externos.

A Análise do Discurso lida com o discurso e as suas diversas maneiras de significar, vendo-o como sendo constituído simultaneamente pela materialidade linguística e histórica. Dessa maneira, linguagem e ideologia se relacionam, pois a linguagem materializa-se na ideologia, ao passo que a ideologia é notória na língua. Para Fernandes (2008, p. 20), linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m). Na visão de Orlandi,

Não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação [...] As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2015, p. 19).

Assim, os sentidos estão acessíveis ao sujeito a partir da linguagem. Para Pêcheux (1993, p. 160), “as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”; assim, não há sentidos prontos, fixos, eles mudam de acordo com as posições ideológicas do sujeito, caracterizando então o efeito de sentido.

Segundo Pêcheux (1993 [1975] p. 141), o não sujeito é interpelado – constituído – em sujeito pela ideologia, ou seja, o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito. Desse modo, a língua faz sentido, pois é o local em que se materializam os efeitos de sentido. Para a Análise do Discurso, todo discurso está atrelado às condições sociais e históricas de produção, logo não existe discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia.



## INTERDISCURSO

O sujeito, que é constituído por diferentes vozes do campo social, está inserido num determinado processo histórico. Na concepção de Pêcheux (2014 [1975], p.148-9), o interdiscurso é responsável por disponibilizar materiais para a formação discursiva; assim, toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante”.

Michel Pêcheux cria o conceito de interdiscurso, afirmando que os discursos são construídos a partir de já-ditos, de pré-construídos esquecidos e retomados no campo discursivo. Numa formação discursiva, elaboram-se elementos estruturais discursivos, no entanto eles são constitutivos de outros discursos, daí a noção de que o sujeito não é a origem do dizer.

Portanto, a formação discursiva impõe o que deve ser dito e como deve ser dito. Assim, acaba-se entendendo que a FD estabelece uma relação de dependência com o interdiscurso. Para Orlandi,

Chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015, p. 29).

Orlandi (2015) complementa que há uma dependência da FD, não sendo possível haver formação discursiva sem interdiscurso. Vale retornarmos ao conceito de discurso formulado por Pêcheux (1993 [1975], p. 82), que se refere a discurso não como uma transmissão de informação entre os pontos A e B, mas como efeito de sentido entre eles.

Esse todo complexo com dominante, ou seja, o interdiscurso, é também conhecido como memória discursiva. Segundo Orlandi (2015, p. 31; 139), o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. É a memória do dizer, o saber discursivo, a filiação de sentidos.

Dessa forma, Pêcheux (2014) aponta que o discurso é marcado pelo esquecimento. Para a Análise do Discurso de Linha Francesa, o interdiscurso é heterogêneo, híbrido e, no seu interior, constituem-se as formações discursivas, em que é possível ao sujeito acessar os dizeres esquecidos, ressignificando-os, para que façam sentido.

Apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode,

por definição, encontrar-se no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 162).

Para Orlandi (2015, p. 29), o conceito de interdiscurso é aproximado à noção de memória. Essa memória, em que os sujeitos se inscrevem, é social, coletiva e aciona as condições de produção, pois faz parte da produção do discurso. Assim, interdiscurso, para essa autora, é “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar”, sendo, portanto, a memória discursiva que já foi dita e esquecida pelo sujeito. Heine (2012) assegura:

O interdiscurso funciona como memória, no sentido de que ele é o “já dito”, o pré-construído, que pressupõe uma relação direta com a História e com o social. [...] a memória é relevante na relação do discurso com seu exterior: é no exterior que se encontram, portanto, o conjunto de enunciações distintas e dispersas que constituem a própria memória e que marcam o próprio enunciado (HEINE, 2012, p. 51).

O interdiscurso é todo o dizível; são discursos já ditos em outro momento, em outro local, que afetam o sujeito sem que ele perceba. A memória, a história e as filiações de sentidos permitem uma maior compreensão do funcionamento do discurso, como também a compreensão da sua ligação com os sujeitos e com a ideologia. Segundo Orlandi (2015, p. 31), a observação do interdiscurso permite-nos remeter o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. Aquilo que é dito em outro ambiente, em outra época, vem significar em nossas palavras. Pensamos saber o que dizemos, mas não temos controle dos sentidos que se constituem nos discursos. Daí a importância de perceber um já-dito na compreensão do funcionamento do discurso, na sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

O interdiscurso seria, então, todos os dizeres já mencionados e esquecidos que se relacionam com o que está sendo dito. Segundo Orlandi (2015, p. 31), esse processo se dá em um eixo vertical, no qual estão localizados todos os já-ditos e o esquecimento, além da estratificação de um conjugado de possíveis dizeres em dado enunciado. Já o eixo horizontal, ou eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento, representa o intradiscurso, o qual estabelece relação com o interdiscurso. Sobre isso, Orlandi (2015) afirma:

A constituição determina a formulação, pois só é possível dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo

dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos (ORLANDI, 2015, p. 31).

Assim, considera-se que um texto é composto por sua formulação, historicidade, saber discursivo e memória. Ao longo da história, foi-se constituindo o saber discursivo, produzindo dizeres acionados pela memória para os sujeitos num determinado momento, o que representa o eixo de sua constituição, ou seja, o interdiscurso. Esse entrelaçamento é uma característica do interdiscurso, que é o entrecruzamento de diferentes discursos. Trata-se, portanto, de uma discursividade. Para Orlandi,

Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux, as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (ORLANDI, 2015, p. 31).

Todo dizer só é formulado quando nos colocamos na perspectiva do dizível, ou melhor, do interdiscurso, da memória. Assim, o interdiscurso é todo agrupamento de produções dizíveis feitas, já esquecidas e que determinam o que dizemos. Para que as palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. É o que caracteriza o interdiscurso, ou seja, a retomada de um sentido que foi silenciado na memória, dito por um sujeito em um dado local e momento, e que torna a fazer sentido nas palavras de outro sujeito. Orlandi acredita que

Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por que somos afetados por certos sentidos e não outros? Fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles. Mas certamente o fazemos determinados por nossa relação de mundo, através da ideologia. Por isso a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos”. (ORLANDI, 2015, p. 32).

Deve-se, portanto, considerar o que é dito em um e outro discurso, assim também como o que é dito de um modo e de outro. Apenas uma parte do dizível é acessível ao sujeito, porque até o que ele não diz (ou desconhece) significa em suas palavras. Os discursos não nascem com as pessoas, eles as antecedem, porém isso não significa que a língua e a história

não nos afetem de maneira singular, apesar de não sermos o início delas. Segundo Orlandi (2015, p. 33), “elas se realizam em nós em sua materialidade”. Assim, há sentido e discurso, confirmando como o esquecimento é estruturante e, em parte, constitui os sujeitos e os discursos.

Para Fernandes (2008, p. 39), o interdiscurso é o entrecruzamento de diferentes discursos e formações ideológicas; desse modo, toda formação discursiva traz em seu interior vários discursos e apresenta elementos vindos de outras formações discursivas, em dada formação ideológica.

Outros discursos são produzidos em determinadas condições sociais específicas, e isso nos ajuda a compreender as mudanças histórico-sociais. O discurso produzido e interpretado constitui-se ideologicamente marcado. Temos, então, o processo de constituição do discurso, que é a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis para assegurar ao sujeito que elabore o seu dizer. Nossas palavras são impessoais, ou seja, elas já foram ditas e já expressam um sentido. E isso é resultado da exterioridade: o sentido lá.

### **1.3.1 Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD)**

A fim de entender o funcionamento do discurso, faz-se necessário compreender como a formação discursiva (FD) e a formação ideológica (FI) influenciam o processo de produção de sentidos na relação com a ideologia.

A formação discursiva dissemina as formações ideológicas existentes em seu interior. Daí se confirma sua relação com a formação ideológica (FI), que é o conjugado de ações que não são nem “universais”, nem “individuais” e que estão associadas inteiramente às posições de classe, ou seja, são eficazes em interferir, como uma força em embate com outras FIs, em um determinado grupo social. As formações discursivas estão compreendidas no interior das formações ideológicas; em outras palavras, as FIs são compostas pelas FDs. Segundo Pêcheux (1993 [1975], p. 166), as FDs são como

Aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] estabelece o que deve e pode ser dito pode e deve ser articulado (sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura. (PÉCHEUX, 1993 [1975], p. 166).

É importante entendermos esses dois conceitos. Numa dada formação ideológica, pode haver várias formações discursivas, e formações discursivas diferentes podem, também, estar

ligadas a ideologias diferentes. Orlandi (2015, p. 41) reafirma o conceito dado por Pêcheux quando afirma que:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2015, p. 41).

Assim, mesmo palavras iguais, ditas em diferentes discursos, podem ter sentidos diferentes, caso estejam inscritas em diferentes formações discursivas. Para compreender melhor um discurso, devem-se analisar as condições de produção em que se constitui, segundo Orlandi (2005, p. 44), o “contexto imediato com o qual a produção discursiva se relaciona, o contexto sócio histórico, a ideologia e também a memória, ou melhor, o acionamento da memória na produção do discurso”.

É relevante, para a Análise do Discurso, o conceito de formação discursiva, uma vez que ela decide o que pode e deve ser dito. Assim, compreendemos, a partir de Pêcheux, que:

[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica, dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dixe que as formações ideológicas de que acabamos de falar, “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harença, um sermão, um planfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico[...]. (PÊCHEUX; FUCHS, 1993 [1975], p. 166-7 [grifos dos autores]).

A formação discursiva é penetrada por elementos de outras formações discursivas, por isso ela não é homogênea, e sim heterogênea. Essa heterogeneidade é que demonstra de fato que os discursos estão imersos numa rede de conflitos. São os diferentes discursos determinados, assim como o interdiscurso, que é, segundo Fernandes (2008, p. 49), a “presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva”.

A formação discursiva em Análise do Discurso implica a tomada de posição do sujeito enquanto sujeito-falante. E isso ocorre através do que Indursky (2005), a partir de Pêcheux, chama de “modalidades de tomada de posição”.

A primeira modalidade remete ao que Pêcheux designou de superposição

entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. Tal superposição revela uma *identificação* plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, caracterizando o “discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito”. [...] A segunda modalidade, ao contrário, caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito. Essa segunda modalidade consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)”. [...] E a terceira que funciona sob o modo da “*desidentificação*, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação deslocamento da forma-sujeito”, ou seja, o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua forma-sujeito para deslocar sua identificação para outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito.

Na identificação, seguindo o pensamento de Indursky citado acima, o sujeito se identifica com a posição ideológica assumida por determinada formação discursiva. Assim, o sujeito é interpelado a afirmar os dizeres dessa formação discursiva, caracterizando-se como bom sujeito. Na contraidentificação, o sujeito questiona a forma sujeito de determinada formação discursiva. Ele duvida, indaga e torna-se um mau sujeito. Ele desconstrói a ideia de unidade da formação discursiva por estar a favor da heterogeneidade. Assim, Pêcheux considera que a ideologia que constitui a formação discursiva é posta em cheque, mas o sujeito não rompe definitivamente com a formação discursiva. Por fim, na desidentificação o sujeito se afasta de determinada forma sujeito da formação discursiva, e se associa a outra que lhe preencha e satisfaça. Compreendemos aqui o deslocamento de um discurso para outro.

Assim, o sentido produzido pelas palavras, enunciados, expressões, entre outros, pode variar a depender da formação ideológica e, conseqüentemente, da formação discursiva em que os sujeitos estão inscritos num determinado contexto social e ocasiona, dessa maneira, os deslizamentos de sentido.

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. (ORLANDI, 2015, p. 41).

Segundo Pêcheux (1990, p. 259), as formações ideológicas têm um caráter regional, pois se referem às mesmas “coisas” de modo diferente, e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas”.

Portanto, ainda segundo Pêcheux (1990, p. 259), a FI “pode ser concebida, grosso modo, como um conjunto de representações sociais que estão ligadas às posições sociais e

históricas dos sujeitos enunciadorese”. Para compreendermos melhor a noção de sentido dentro da noção de discurso da teoria da Análise do Discurso, faz-se necessário imaginarmos os sujeitos em situação de troca, ou seja, em momentos de interlocução em que têm a oportunidade de se expressarem por meio do uso da linguagem. Não é, unicamente, o significado da palavra que prevalece, e sim a ideologia em que os sujeitos estão inseridos. Para Fernandes (2008, p. 14), é principalmente a forma como compreendem a realidade política e social.

Assim, tanto o social quanto a história e a ideologia são elementos de extrema importância para o discurso. No âmbito social, o discurso é materialização da ideologia em movimento, que deve ser acompanhado como uma prática de linguagem em que o homem está falando, colocando o discurso na prática social. Pêcheux afirma que o

discurso é conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Assim, o sujeito é elemento essencial para o discurso. Não se descarta dele cada objeto que traz do social, como valores, anseios, formulações de justificativas, entre outros. Pode-se afirmar que esse sujeito não é livre para construir seu próprio discurso, mas que é um sujeito assujeitado pela ideologia.

O que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena. Portanto, ideologia é imprescindível, é inerente ao discurso (FERNANDES, 2008, p. 17).

O fato de ser a língua o veículo de materialização da ideologia, a qual deixa suas marcas em forma de advérbios, adjetivos, palavras, conectivos dentre outros, expondo o funcionamento da ideologia. Fernandes (2008, p. 17) esclarece que a ideologia está marcada na vida do sujeito. Esse sujeito busca sentido, tanto nas palavras quanto nas coisas, a partir da interpretação. Assim, não há sentido se não tivermos a interpretação, e para isso, a ideologia é relevante em nossas vidas.

## O SILÊNCIO E SEU FUNCIONAMENTO

A multiplicidade de sentidos é constituída a partir das várias formações discursivas que, de acordo Orlandi (2007, p. 20), recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer), deixando claro quais são as formações ideológicas dos sujeitos e qual a constituição de diferentes sentidos. Assim, temos a impressão do sentido lá, que deriva do já-dito, do interdiscurso e faz com que, ao dizer, haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer.

Assim, segundo essa autora, as FDs refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos e seus lugares sociais aí representados constituem sentidos diferentes. Assim, estudam-se as formações discursivas para investigar o silêncio.

Quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas dessas (ORLANDI, 2007, p. 14).

Assim, as palavras fazem sentido, têm significância. Elas silenciam, nelas não há um sentido completo, pois não há um discurso completo, como também não há um sujeito completo, ou seja, não estão constituídos definitivamente. Há sempre no dizer um não dizer. As palavras dizem, mas também silenciam. E, mesmo estando em silêncio, estabelecem sentidos. Mas as palavras significam de forma diferente do silêncio. O silêncio poderia ter sido dito, no entanto ele não é dito. Nas palavras de Orlandi (2007), há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter da incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dito. Essa falta de completude remete à característica de opacidade, de não transparência que a língua possui. É na falha, no equívoco e na incompletude que percebemos o silêncio, o qual, segundo a autora, *é fundante*.

Há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento. (ORLANDI, 2007, p. 12).

Tanto o texto como o discurso trazem marcas do silêncio. Assim, não se pode pensar o silêncio como incompleto; é uma ilusão acreditar que na linguagem o silêncio não comunica. Ele é o que sustenta a produção linguageira e opera os significantes basilares.



O silêncio atravessa as palavras, o que está posto, constitui o não dito da linguagem. “O silêncio é o real do discurso”, na concepção de Orlandi (2007, p. 29). Dito de outra forma, é por excelência o elemento significante, o real da significação. Independente de palavras, o homem busca a significação em um lugar de sentidos para depois ressignificar, assim o sentido faz sentido. Conforme Orlandi (ORLANDI, 2007, p. 29-30), o homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico. Assim, há duas categorizações que devemos considerar para o trabalho com o silêncio:

a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante produzindo as condições de significar; e b) a política do silêncio (ou silenciamento), que se subdivide em: b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (ORLANDI, 2007, p. 53).

Resulta, assim, que o silêncio garante o movimento dos discursos, uma vez que, no silêncio, podemos transitar de um sentido para outro, ocasionando o efeito de sentido entre locutores. Esse movimento só é possível em decorrência do “jogo” do significar, que acontece na passagem das palavras para o sentido. Nesse jogo, as palavras não possuem apenas um sentido único. Para Orlandi (2007, p. 15), há uma “remissão das palavras para as palavras”. Não é uma relação de sentido unívoco, não existe a noção de “linearidade”, como também se desfaz a noção “que centra os sentidos nos ‘conteúdos’”.

Vejamos agora as formas do silêncio que é constitutivo de todo processo comunicativo e significa de várias maneiras. À vista disso, podemos distinguir dois tipos de silêncio: o silêncio fundador – aquele que existe nas palavras – e a política do silêncio – ou silenciamento –, que é subdividido em silêncio local e silêncio constitutivo.

No silêncio fundador, o sujeito vai ao lugar onde se encontra todos os possíveis dizeres não ditos e seleciona, através da memória discursiva, o sentido que significa para ele. Assim, o sujeito busca formas de significar através do movimento das “palavras ao silêncio e do silêncio às palavras”, consoante assevera Orlandi:

Movimento permanente que caracteriza a significação e que produz o sentido em sua pluralidade. Determinado ao mesmo tempo pelo contexto e pelos contextos no plural, esse movimento, esse deslocamento, inscrito na constituição dos sentidos, tem uma relação particular com a subjetividade: o

sujeito desdobra o silêncio em sua fala (ORLANDI, 2007, p. 70).

Há sempre esse movimento elaborado pelo sujeito, em que as palavras significam mesmo em silêncio, sem serem ditas. O silêncio, mesmo com falhas, é contínuo, e há sempre ainda sentidos a dizer. Ele é múltiplo. A linguagem, segundo Orlandi (2007), torna-se a responsável pela fragmentação do silêncio, o que não o impossibilita de ter outros sentidos.

Dessa maneira, quando deslocamos o silêncio, a fim de conceituá-lo de forma teórico-explicativa, o analisamos sob dois vieses: de um lado, de forma fragmentada, em que a significação estabelece relação entre o sujeito e a linguagem sob o domínio do segmentável; de outro, ponderamos a significação como um *continuum*, não segmentável, porém que continua significando, segundo assevera Orlandi (2007, p. 72).

Na política do silêncio ou silenciamento, que engloba o silêncio constitutivo e o silêncio local, temos um processo de dizer para não dizer. No silêncio constitutivo, os dizeres são silenciados. Em outras palavras, projeta-se a ideia de que todo dizer cala algo: um dito tenta silenciar um não dito; assim, substitui-se um enunciado por outro. Podemos perceber que, quando dizemos algo, o dizemos atrelados a uma formação discursiva, na tentativa de dizer outra coisa. Para Orlandi (2007, p. 73) “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído”, ou seja, diz-se (y) para significar (x). O silêncio é constitutivo do dizer, portanto, age como o espaço diferencial da linguagem, isto é, aquilo que possibilita à linguagem o significar. E, para significar, a linguagem utiliza os sentidos desse silêncio. Os sentidos são atualizados pela linguagem, enquanto outros são descartados.

No silêncio local, está presente a interdição do dizer, ou seja, em uma dada conjuntura, existe aquilo que não se pode dizer. Conforme assevera Orlandi (2007, p. 74-5), trata-se da produção do silêncio de forma fraca, ou seja, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido. Como exemplo, temos a *censura*. Nessa situação, o silêncio é colocado de forma obrigatória, não para fazer calar, mas para impossibilitar o amparo a outros discursos. Em virtude disso, a censura regula o discurso, e ao sujeito fica restrito passar de uma formação discursiva para outra. Conforme Orlandi:

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é

imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido, ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido. (ORLANDI, 2007, p. 76).

Conforme a citação acima, a censura afeta diretamente a identidade do sujeito, uma vez que ele se inscreve em determinada formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito. Assim, quando não pode se inscrever em uma FD, por conta da censura, o sujeito não assimila determinados sentidos.

Tentamos traçar, aqui, algumas noções importantes para se compreender o trabalho da Análise do Discurso, que é caracterizada como disciplina de entremeio por transitar entre a linguagem e as ciências sociais. A AD entende a linguagem como produção social, usada pelos sujeitos nas interações sociais. Por conta disso, trabalha a construção de sentidos, dialogando com eventos sócio-histórico-ideológicos, a fim de promover uma análise discursiva e uma leitura crítica.

## 2 TEXTO E LEITURA NA ANÁLISE DE DISCURSO: NOÇÕES TEÓRICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SALA DE AULA

“A Análise do Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária”.

*(Eni Orlandi)*

Nesta seção, propomos uma discussão a respeito da leitura e da escrita na perspectiva discursiva. A leitura está constantemente em nossa vida através de variados tipos de textos, sejam eles orais, escritos, imagéticos, que se apresentam em variados suportes, como jornais, revistas, livros, televisão, internet, entre outros. Esses textos nos rodeiam por toda parte, e é na escola, espaço de conhecimentos sistematizados, que o aluno entrará em contato com a produção de sentidos de forma menos ingênua, através de uma rede de saberes. Destarte, o espaço escolar irá contribuir para que essa prática seja explorada, a fim de desmistificar o trabalho de leitura e escrita cristalizado, voltado apenas para a interpretação do texto pelo texto, sem levar em consideração os possíveis gestos de leitura e sua exterioridade, condições de produção e interdiscurso (já-ditos), os quais são elementos indispensáveis quando se propõe um trabalho de acordo com os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, a fim de que, fora da escola, os alunos possam atribuir sentidos ao ler e escrever.

### TEXTUALIDADE E DISCURSO: MATERIALIDADES CONTRADITÓRIAS

O texto, para a Análise do Discurso de Linha Francesa, exerce uma significância apenas enquanto elemento em que o objeto da AD, o discurso, materializa-se. Não são apenas as palavras em si, nem o próprio texto em sua materialidade que produzem sentido, mas é na sua exterioridade que se apresenta o sentido.

Não vemos nos textos os “conteúdos” de história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos, na Análise do Discurso, em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é a materialidade histórica da linguagem. O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante

dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação. (ORLANDI, 2015, p. 66-7).

Orlandi (2015, p.67) pensa o texto como unidade de análise. Os sentidos são estabelecidos no texto através do discurso. A partir do texto que podemos interpretar e analisar, considerando sua exterioridade.

A análise de discurso tem como unidade o texto. Na perspectiva da análise de discurso, o texto é definido pragmaticamente como a unidade complexa de significação, consideradas as condições de produção. O texto se constitui, portanto, no processo de interação. A relação entre o discurso e o texto é a que existe entre o objeto teórico e o da análise. [...] Na análise do discurso, o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico (analítico) é o texto (ORLANDI, 1993, p. 21).

De acordo com as citações acima, podemos dizer que o texto constitui, assim, um espaço enunciativo interpretável a partir das condições de produção, ou seja, do ambiente extralinguístico; constitui-se, ainda, um espaço de significação. Desse modo, o texto se refere a uma discursividade. Independente de sua extensão, ele se atrela a uma esfera de sentidos possíveis. Para complementar, podemos dizer que o texto é um todo organizado com capacidades de discursos. Na concepção de Indursky (2001, p. 28), o texto é o “objeto” a ser lido, o qual representa a materialidade linguística através da qual se tem acesso ao discurso. Orlandi (2012) esclarece que:

Não se trata do texto como pretexto para estudar a língua, ou para estudar as línguas, trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos de inscrição da língua sujeita a equívoco na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise. (ORLANDI, 2012, p. 78).

Pensar o texto e não remetê-lo à exterioridade é analisá-lo, apenas, enquanto superfície linguística, sem considerar suas condições de produção e o objeto discursivo, ou a historicidade. Diferente do conceito de história, a historicidade expressa a forma como os sentidos são constituídos num texto. Orlandi (2015, p. 66) afirma que a historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Não temos conteúdos históricos expressos no texto, mas sim discursos materializados em textos que expressam seu sentido, isto é, sua historicidade, que resulta em um trabalho de interpretação. Orlandi

(2012), assim, confirma:

Não se trata de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. São, pois, os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, a sua mise-en-oeuvre, como dizem os franceses, ou como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos de historicidade (ORLANDI, 2012, P.55).

Os sentidos na historicidade não são literais. Como já discutimos, não são únicos, posto que as próprias condições de produção os regulam a partir de aspectos constituídos e que constituem a história. Por isso, neste trabalho, devemos considerar as condições de produção, como também a relação pesquisador-aluno-textos.

Vale salientar que, num discurso, o que deve ser considerado são as condições de produção, por serem determinantes para a construção dos sentidos, bem como as posições sustentadas por aqueles que as empregam, e não as palavras utilizadas num discurso. Isso ocorre devido ao fato de as palavras mudarem de sentido a depender da formação discursiva, ou de uma formação discursiva para outra formação discursiva. Segundo Orlandi (2015, p. 41), podemos perceber, a partir disso, que as palavras não têm um sentido em si mesmas, mas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.

Destarte, é essencial associar memória discursiva, condições de produção e formação discursiva, a fim de que se compreenda o sentido das palavras. Um texto, para a Análise de Discurso, permite diferentes possibilidades de leituras, “[...] mostra o processo de textualização do discurso que sempre se faz com ‘falhas’, com ‘defeitos’”. (ORLANDI, 2012, p. 64). Esse é um equívoco, constitutivo da discursividade, que permite diferentes sentidos, quando analisado a depender da situação social. Essas falhas ou equívocos na língua podem ser considerados por diferentes interpretações. Para Pêcheux (1990, p. 55):

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isto acontece tanto nos segredos da esfera familiar “privada” quanto no nível “público” das instituições e os aparelhos do Estado. O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece. (PÊCHEUX, 1990, p.55)

Segundo Pêcheux, o equívoco não se constitui “erro”, ele constitui a linguagem. Assim, todo enunciado fica à deriva do equívoco da língua, podendo tornar-se outro. Segundo Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 92), discutir a equívocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações, é expor-se às diferentes formas significantes e, no caso específico da linguagem verbal, expor-se às palavras. Logo, por isso, todo enunciado é suscetível de se transformar em novo enunciado quando as palavras estão em funcionamento. Assim podemos perceber, desde que se leve em consideração as condições de produção, como um texto funciona. Orlandi (2001, p. 194) afirma que o funcionamento remete o discurso à sua exterioridade, que, por sua vez, revela a incompletude do texto.

O texto é um aparato heterogêneo, formado de enunciados múltiplos. É um local de discussões e de sentidos múltiplos que marcam as diferentes posições do sujeito. Isto é, a constituição do texto, em se tratando de ideologia, é heterogênea, fazendo com que o sujeito ocupe as várias posições no texto com suas descontinuidades e contradições. É o que afirma Orlandi (1993):

Essas diferentes posições do sujeito no texto correspondem a diversas formações discursivas. Isto se dá porque em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas. A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea, o que é previsível, já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidades, contradições, etc. É isto que as diferentes posições do sujeito representam no texto. (ORLANDI, 1993, p. 53-4).

Do ponto de vista da historicidade, o texto produz sentido de forma heterogênea, em que se estampam várias possibilidades de interpretações, “atravessado por várias formações discursivas. É a isso que chamo heterogeneidade do discurso”, segundo Orlandi, (2006, p. 23).

Para Indursky (2006, p. 77), pode-se definir texto como espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não apenas com o contexto (condições de produção, para a AD), mas também com outros textos e com outros discursos.

Relembrando o conceito de discurso, na concepção pecheutiana, discurso é o efeito de sentido entre dois pontos (A e B). Discurso não é a fala, tampouco a decodificação ou transmissão de informação. O discurso envolve os sentidos e os processos de significação, abrangendo um sujeito afetado pela língua e pela história. Na concepção de Orlandi (2012), a AD,

Ao tomar o texto como forma material, manifestação concreta do discurso, torna possível a análise de seu funcionamento, não pela utilização de uma metalinguagem formal, mas pelo deslocamento do lugar heurístico da interpretação: o analista não interpreta o texto; através de um dispositivo analítico (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico. Sua finalidade, como tenho insistido, não é interpretar os textos, mas compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos (ORLANDI, 2012, p. 78).

O discurso concretiza-se como a linguagem em interação, em suas condições de produção. Assim, tanto essa interação, que é visualizada como a relação concebida pelos interlocutores, quanto as condições de produção integram os processos de significação. Como esclarece Orlandi, (2015 [1999], p. 14), o discurso é o objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Assim, o discurso é o lugar social.

Para Indursky (2006, p. 77), o sentido não pertence nem ao texto nem ao sujeito que o produziu, mas é resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos em sua produção/interpretação. A autora ainda assevera que “para o sujeito da análise do discurso, imergir no interdiscurso é a condição necessária para poder dizer, para poder produzir seu texto”. Para Indursky, o texto é um imbricado discursivo estabelecido entre os sujeitos historicamente determinados e suas condições de produção.

Esta é a natureza da exterioridade e do que se chama de *condições de produção*. [...] e a exterioridade para a análise do discurso vai além. Para tanto, podemos pensar o *texto* como um *espaço discursivo*, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o *contexto*, mas também com *outros textos* e com *outros discursos* (INDURSKY, 2006, p. 77[ grifos da autora]).

As condições de produção devem ser consideradas, pois são elas que concebem o sujeito, o contexto sócio-histórico-ideológico. Isso nos lembra de que o discurso só tem sentido na relação com outro discurso. Além disso, pode-se afirmar que o discurso é contextualizado em decorrência de não poder estabelecer um sentido a um enunciado se não estiver dentro de um contexto, ou seja, no interior de uma condição de produção.

Assim, torna-se necessário refletir sobre a concepção social do texto, quando o estudamos sob a perspectiva discursiva. O texto caracteriza-se como unidade de análise, compreendido no processo discursivo, e é a base para uma prática discursiva, por se relacionar com acontecimentos histórico-sociais.



## LEITURA E DISCURSIVIZAÇÃO: A INTERPRETAÇÃO NO CAMPO DISCURSIVO

O processo de leitura tradicional se baseia em decifrar signos e códigos na tentativa de entender os pensamentos e ideias de quem escreveu. A leitura, nesse contexto, é vista como uma técnica que possibilita decifrar textos. Não é por menos que um de seus significados no dicionário nos remete a esse conceito: “leitura é o ato de decifrar signos gráficos que traduzem a linguagem oral; ato de decifrar qualquer notação” (HOUAISS, 2004, p. 1739). Na perspectiva discursiva, a leitura deve alcançar o campo do imprevisível, com posicionamentos críticos. O sujeito evidencia sua história de leitura, é o que chamamos de leitura polissêmica. Segundo Orlandi (20015 [1999], p. 34), na polissemia pode-se perceber o deslocamento de sentidos, ou seja, há uma ruptura do processo de significação. Dito de outra forma, o sujeito se posiciona no texto, podendo chegar a suas próprias conclusões, sendo responsável pelo seu dizer.

Por outro lado, ao não compartilhar sentidos novos, o sujeito continua a repetir sentidos do senso comum. Na opinião de Orlandi (2015 [1999], p. 34), a paráfrase regressa aos mesmos espaços do dizer, e esse dizer é sedimentado ao ponto de não produzir formulações diferentes. O que temos aqui é uma produção de dizeres sem criatividade, dizeres cristalizados.

Numa concepção discursiva, procuramos fazer uma análise sobre o processo de construção do que os interlocutores dizem e silenciam. Tal processo é considerável para os sentidos engendrados pelos sujeitos. Assim, os sentidos devem ser respeitados de forma relacional, isto é, a depender das condições de produção, o sentido deve ser considerado como uma “relação a”. Segundo Orlandi (1998), dessa forma compreende-se que a língua se inscreve na história para significar, mobilizando, quando se fala, um saber sempre “lá”.

O princípio dessas práticas de leitura consistiria em se levar em conta a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando “escutar” a presença do não-dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária. Como só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, com essa escuta, o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de “suas” palavras (ORLANDI, 1998, p. 10).

De acordo a citação exposta, há um jogo do dizer e do não dizer. Há uma correspondência entre o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, assim como também entre o modo de dizer em tais discursos. Nesse processo parafrástico (que repete o

que o autor disse) e polissêmico (que atribui múltiplos sentidos ao texto), promovem-se deslocamentos e diferentes sentidos gerados pelos falantes, que ocupam um lugar na sociedade. Os sentidos mudam quando passam de uma formação discursiva para outra, isso ocorre porque esse mesmo sentido muda a correspondência com a formação ideológica. Orlandi (1996) ainda assevera que:

A atribuição de sentidos a um texto pode variar amplamente desde o que denominamos leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor), e o que denominamos leitura polissêmica, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto (ORLANDI, 1996 [1988], p. 12).

Isso demonstra que um texto não possui um único sentido, um sentido estático. A leitura pode ser regulada de acordo com o processo polissêmico e parafrástico. Assim, ler é “saber que o sentido pode ser outro”. Temos que considerar ainda que um texto possa ter relação com outro texto, com as condições em que é produzido e com os outros dizeres que o constituem. Assim, afirma Orlandi (1996):

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história, é condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 1996 [1988], p. 35).

É a partir da estratégia de deslocar sentidos que se dá o equívoco. Ele ocorre no plano do discurso, marcando a fronteira da língua com o real da língua, o qual dá sentido, estrutura a língua e se manifesta nas suas falhas. Em outras palavras, podemos dizer que a língua se sujeita a equívocos que estão envolvidos, comprometidos à ordem do simbólico e da história. Quando esse real manifesta-se com seus equívocos, o enunciado pode tornar-se outro, deslocando-se de seu sentido primeiro para remontar a outros sentidos.

Na concepção de Lima (2015, p. 49) – e compartilhamos desse raciocínio –, a leitura é um momento complexo de constituição de sentidos que envolvem sujeitos, uma vez que se

pode ir desde uma leitura parafrástica (equivalência) até uma leitura polissêmica (distanciamento). Na leitura parafrástica, há uma manutenção/reprodução do sentido que se acredita ser o sentido do texto, enquanto a polissêmica dá margens para múltiplos sentidos, ou seja, para a multiplicidade de leituras, pois a língua não funciona sozinha, ela é constituída de historicidade e, portanto, é sujeita à falha, ao equívoco, não descritos em regras.

Surgem, dessa forma, algumas propostas de inovação, principalmente na área de texto e leituras em rede, que se caracterizam por uma leitura pautada em vários tipos de textos e pela leitura discursiva, que integra o sujeito enquanto ser sócio-histórico, imerso em condições de produção. Assim, compreendemos que o mundo da leitura não mais se limita a um trabalho com textos escritos e prontos que não leva em conta o lugar em que o sujeito-leitor se encontra ou sua posição enquanto ser social. A esse respeito, Orlandi (1995) afirma:

Leitor é aquele que se assume como tal na prática da leitura, numa ordem social dada, em um lugar específico. A função enunciativo-discursiva, que é a do leitor, constitui um sujeito afetado pela sua inscrição no social. Quer dizer que o efeito-leitor é determinado historicamente pela relação do sujeito com a ordem social (ORLANDI, 1995, p. 61)

Como podemos perceber pelo exposto acima, a autora define esse sujeito como o leitor que traz características sócio-históricas que refletem sua identidade de leitura, demonstrando, assim, seu lugar social, condição para refletir sua leitura.

Para Orlandi (1993, p. 7), no sentido mais acadêmico, “leitura” pode significar a construção de um aparato teórico e metodológico de aproximação de um texto, como as possíveis leituras de um texto de Platão. Em uma concepção escolar, a leitura pode ser apenas processo de ler e escrever, servindo apenas à alfabetização.

Ler é um ato de interpretar e, neste trabalho, limitaremos a leitura à perspectiva discursiva, que se baseia numa leitura interpretativa. Para Orlandi (2012, p. 9), a interpretação não está presente apenas em textos das ciências da linguagem, mas em toda e qualquer manifestação da linguagem que significa de diferentes modos. Orlandi (2012), a propósito de linguagem e sentido, faz a seguinte observação:

Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. Como a linguagem tem uma relação necessária com os sentidos e, pois, com a interpretação, ela é sempre passível de equívoco (ORLANDI, 2012, p. 9).

Nesse contexto, percebemos que, quando lemos, interpretamos, e esse gesto de interpretar produz sentidos, os quais não são evidentes, mesmo que o sujeito assim acredite, pois os sentidos não são fechados em si mesmos.

Diante dessas questões de interpretação, a leitura e o sentido não podem ser vistos como algo linear, que se apresenta de forma sistêmica, estruturada em cadeia do mais simples ao mais complexo. Leitura e sentido devem ser vistos por uma concepção em rede, de forma heterogênea, em que um sujeito se torne diferentes leitores, a fim de realizar diferentes leituras, produzindo diferentes sentidos.

Nossa proposta aqui é permitir que o aluno produza, em sala de aula, textos dissertativos elaborados a partir de uma leitura discursiva. Para esse leitor, que se constrói também fora da escola, cabe-nos apresentar variados gêneros de textos circulantes, possibilitando, assim, um maior exercício de interpretação. Na concepção de Orlandi (2012):

No funcionamento da linguagem, o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá (Orlandi, 2012, p. 22).

Esse leitor é um sujeito discursivamente construído e correlacionado com o sentido. O fato de ser social e histórico ainda permite que se constitua (politicamente) ao mesmo tempo em que os sentidos são constituídos.

Pfeiffer (2003, p. 97) aponta esse sujeito-leitor como aquele que possui um corpo social discursivo que lhe forma uma memória discursiva (no caso uma memória de leituras). Vemos, assim, que o sujeito não está desguarnecido de informações, conteúdos e ideias; ele traz em sua memória discursiva outras leituras já realizadas anteriormente. Na prática de leitura, esse sujeito formula os sentidos que estão em funcionamento (os implícitos, os estereótipos, os não ditos, etc.).

Partindo desses sentidos que retomam os não ditos, podemos dizer que, na leitura de uma rede de textos – rede no sentido de abertura para novos textos e novas leituras –, temos várias possibilidades interpretativas construídas no espaço escolar. Nessa realização da interpretação, o aluno constitui-se autor e leitor, e seu enunciado institui-se num enfoque sócio-histórico-ideológico. Ou seja, quando interpreta, esse aluno “cria” novos sentidos e seu “dizer” é construído numa dimensão que evidencia que é um ser imerso num contexto social e histórico e que é interpelado por uma ideologia. É assim que se torna autor, em espaços que

lhes possibilitam a autoria, refletindo sobre a leitura em momentos significativos. Quanto à leitura, Orlandi (1993) afirma que:

Não vê na leitura do texto apenas a decodificação, a apreensão de um sentido (informação) que já está dado nele. Não encara o texto apenas como produto, mas procura observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação. Correspondentemente, considera que o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentidos ao texto. Ou seja: considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. Daí se poder dizer que a leitura é o momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo da interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação. No momento em que se realiza o processo da leitura, se configura o espaço da discursividade em que se instaura um modo de significação específico (ORLANDI, 1993, p. 37-38).

A proposta de Orlandi, exposta acima, é justamente pensar a leitura como um meio de suscitar o pensamento crítico que cria sentidos, indo além do ato de decodificar. O significado se constrói numa perspectiva discursiva, em que o leitor interage com o texto, possibilitando não só uma apreensão, mas uma atribuição de sentidos.

Concebe-se a leitura, sob a perspectiva da Análise do Discurso de Linha Francesa, de forma discursiva. É dessa forma, ou seja, no ambiente da discursividade, constituído pelo histórico e pelo ideológico, que as questões de leitura se formulam. Para Orlandi (1995, p. 58), deve-se considerar que a leitura discursiva estará envolvida com os processos de produção da leitura e da compreensão. A autora aponta a leitura, na visão discursiva, como “determinação histórica dos processos de significação”. Portanto, a leitura provoca significados, sentidos, e tais sentidos permitem uma reflexão histórica:

Quando lemos estamos produzindo sentidos (produzindo-os ou transformando-os). Mais do que isso, quando estamos lendo, estamos participando do processo (sócio-histórico) de produção dos sentidos e o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada (ORLANDI, 1995, p. 59).

Produzimos sentido numa relação histórica em que essa produção não é unívoca. Ou seja, não há uma palavra para cada sentido ou um sentido para cada palavra, já que caminhamos sempre para novos sentidos. No processo de leitura, podemos perceber a ideologia dominante: “a naturalidade dos sentidos, é, pois, ideologicamente construída”. Segundo Orlandi (1995), “não há sentido sem interpretação. Estabilizada ou não, mas sempre interpretação”.

Na perspectiva discursiva, a leitura envolve a compreensão e a interpretação. É a partir desses processos que os sentidos são construídos. A interpretação, nesse caso, é um gesto. Segundo Pêcheux (1993), é um ato no nível simbólico. Pondera Orlandi que:

O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história (ORLANDI, 2012, p. 18).

Assim, interpretar é uma ação em que se atribui sentidos que estão imersos numa determinada situação, os quais são trazidos do passado para serem lançados no futuro. Como aponta Orlandi (1995, p. 60), esses sentidos “têm *historicidade*”, isto é, imbricam o linguístico com o histórico: “têm um passado e se *projetam* num futuro”.

Podemos perceber a importância da interpretação num processo de leitura discursiva. É a própria interpretação que faz com que reflitamos sobre a leitura e permite a atualização do sentido, como considera Orlandi (2012, p. 19): “sempre é possível apreender a textualização do político no gesto de interpretação”.

Ao aluno deve ser dada a oportunidade de atribuir sentidos. É necessário, para isso, que sejam criados “sítios de significância”, que, segundo Orlandi, são espaços que possibilitam aberturas de momentos de interpretação.

Ao dizer, se interpreta – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se “reconhece”, já lá. A significância é, no entanto um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história (ORLANDI, 2012, p. 30).

Assim, vemos que, no gesto de interpretar, o sentido não está pronto, esperando o leitor decifrá-lo; o sentido não está já-lá. A todo o momento, o leitor se desloca no espaço constitutivo dos sentidos (interdiscurso, intradiscurso, ideologia, formações discursivas, formações imaginárias), para que haja confronto das posições interpretativas. O sujeito pode demonstrar sua posição a partir da sua interpretação. Esse sujeito-leitor relaciona-se de forma crítica, deixando transparecer as condições de produção em que foi construído seu discurso.

### 3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MULHER NA SOCIEDADE

Nesta seção, temos o propósito de promover uma breve discussão acerca de alguns cenários e situações que envolvem a vida das mulheres, a exemplo de: a mulher como sexo frágil, a mulher no lar, a mulher no trabalho, direitos das mulheres, direitos iguais para as mulheres e corpo e sexualidade. Assim, pretendemos traçar reflexões em lugares que, ainda, demonstram algum entrave social, nos quais a mulher ainda não alcançou, de fato, sua emancipação.

A mulher já foi concebida em silêncio. De acordo com o discurso religioso, ela foi retirada da costela de Adão, nasceu para ser auxiliadora submissa, impreterivelmente responsável pelos cuidados com a casa, com o marido e filhos. A mulher era impedida de atuar em vários cenários, como política, trabalho, esporte. Ao longo dos anos, o sujeito mulher alcançou conquistas significativas e hoje tem assumido posições de autoridade. Entretanto tais posições ainda causam estranhamento numa sociedade em que a ideologia dominante ainda é a patriarcal, sendo caracterizada pelo machismo.

A posição secundária e subordinada, reiterada várias vezes pela sociedade para a mulher, obrigava-a a um determinado tipo de comportamento subordinado, em que é recorrente, segundo Perrot (2005, p. 10), “a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesma. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se”. Assim, percebemos que a sociedade patriarcal estabeleceu que a função primeira da mulher é essencialmente cumprir o papel de dona de casa e mãe. Essa condição imposta continuou a gerar um descontentamento na mulher e despertou-lhe o espírito crítico, libertário, o qual, até então, encontrava-se acorrentado, fazendo-a clamar para romper com essa situação.

Ainda hoje, muito precisa ser vencido, quebrado e desconstruído, pois a imagem feminina foi construída, ao longo do tempo, em vários contextos históricos machistas. Ao tornar-se um mau sujeito e romper com a formação discursiva patriarcal, a mulher começa a reivindicar a igualdade de gêneros. Contudo esse rompimento não é rápido, é processual.

A imagem da mulher na sociedade adquire várias nuances, em decorrência dos efeitos de sentidos produzidos. Dessa forma, ora a mulher deve viver de acordo as regras sociais, sendo obediente, submissa, ora deve rompê-las e tornar-se independente, à frente de seu tempo, atuando de forma competitiva. Além disso, o sujeito mulher é, na história, fruto de uma construção sócio-histórico-ideológica, pois nos termos de Orlandi (2015), o sujeito só existe porque há ideologia. E é a partir da posição que o sujeito assume perante a formação

discursiva que os discursos sobre a mulher materializam-se na língua, propagando-se na população e passando de geração a geração. Sobre isso, Priore (2004) assevera:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. [...] A história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral (PRIORE, 2004, p. 7-8).

Assim, as mudanças históricas pelas quais passa a sociedade impõem à mulher que ela busque conquistas, sonhos, desejos, anseios e respostas para seus questionamentos, com a aspiração de obstar limites e dificuldades impostos social-histórico-ideologicamente. Neste trabalho, abordaremos alguns aspectos em que a mulher foi destaque, seja por imposição ou por conquista.

#### A MULHER COMO SEXO FRÁGIL

As mudanças históricas ocorridas do final do século XIX ao início do século XX não conseguiram abrandar a opinião de uma sociedade ainda machista, que considerava a mulher como a parte mais frágil e delicada, que deveria ser protegida, vendo-a de forma inferior ao homem. Historicamente, tem-se a mulher como a mais individualizada das fêmeas, a que aparece como a mais frágil, a que vive mais dramaticamente seu destino e que se distingue mais profundamente do macho (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 53).

Os aspectos biológicos, segundo Beauvoir (2016), são importantes para descrever e diferenciar fisicamente a mulher, mas acabam sendo motivos para caracterizar a fragilidade das mulheres.

Em média, ela é menor do que o homem, menos pesada, e seu esqueleto, mais frágil, a bacia mais larga, adaptada às funções da gestação e do parto; seu tecido conjuntivo fixa as gorduras e suas formas mais arredondadas do que as do homem; a atitude geral – morfologia, pele, sistema piloso etc. – é nitidamente diferente nos dois sexos. Sua força muscular é muito menor, mais ou menos dois terços da do homem [...] e elas são, assim, sujeitas a manifestações convulsivas: lágrimas, gargalhadas, ataques de nervos (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 59).

Esse era principalmente o pensamento masculino, que colocava a mulher como frágil,



submissa, recatada, demasiadamente delicada. Além disso, atribuía-se a ela uma falta de controle provocada pela emotividade – considerada característica própria de mulheres. Segundo Soihet (2004, p. 367), a mulher tentava fugir de estereótipos, caracteres dados como universais ao sexo feminino, entre eles submissão, recato, delicadeza e fragilidade.

A passividade, o recato, a delicadeza, a doçura e a submissão eram justificativas para que a mulher fosse dependente da proteção de um homem, que tinha de possuir como qualidades força e virilidade, o que fazia com que a mulher precisasse, não apenas de um homem, mas de um guerreiro, como destaca Beauvoir (2016 [1949], p. 96), para se defender dos inimigos. Para assegurar sua manutenção e a da prole, elas necessitavam da proteção dos guerreiros e do produto da caça e da pesca, atividades a que se dedicavam os homens.

Dessa forma, construía-se a família com seus papéis bem definidos: o homem era o chefe de família, que exercia o poder sobre a esposa e vigiava os filhos, e a mulher era a dona de casa, que tinha como função principal ser mãe e esposa.

A mulher, assim, era vista como quase nada pela sociedade machista. Elas eram, de fato, vistas em segundo plano. Durante décadas, sua imagem foi afetada e sua condição desenhada como o sexo mais frágil. Essa condição subjuga a mulher, dizendo que ela não é bem vista por possuir órgãos genitais femininos, por chorar demais, por se sensibilizar, por se comover demais, por não possuir força física e por aceitar determinadas situações em que os homens não seriam atingidos emocionalmente.

A partir da Idade Média, o fato de ter a mulher um corpo foi considerado um ignomínia. A própria ciência andou muito tempo paralisada por essa repugnância. Lineu, em seu tratado da Natureza, deixa de lado, como "abominável", o estudo dos órgãos genitais da mulher. O médico francês Des Laurens pergunta escandalizado como "esse animal divino cheio de razão e juízo que chamam homem pôde ser atraído por essas partes obscenas da mulher, maculadas de humores e situadas vergonhosamente na parte mais baixa do tronco" (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 233).

As mulheres são diferentes dos homens, mas isso não determina uma inferioridade. O antigo mito da inferioridade da mulher as coloca como inferior aos homens. Segundo Montagu (1970, [1968], p. 45-6), o mito da inferioridade feminina estendeu-se não somente às funções mentais, como também às funções e traços físicos da mulher.

A sociedade agrava a desigualdade nativa da mulher. Para Perrot (2005 [1998], p. 177), a referência quase constante a uma natureza feminina de ordem física, que determina o lugar, o papel e as tarefas, é outro traço marcante. A mulher é, inicialmente, um corpo "fraco", com "órgãos delicados", "frágeis", sujeitos a "indisposições periódicas"; corpo que

condiciona seu humor instável.

A menor força muscular da mulher foi o maior e o mais óbvio suporte para essa crença. A mulher é “mais fraca” do que o homem. No entanto a superioridade masculina foi conferida socialmente, não sendo uma superioridade biológica. A força muscular do homem só teve sentido durante um período da história, quando a maior parte do trabalho nas sociedades humanas dependia da força muscular, de acordo com Montagu (1970, [1968], p. 48).

## A MULHER NO LAR

A maneira de ver e estar no mundo é influenciada socialmente a partir do momento em que nascemos, e isso é demonstrado na forma de se diferenciar o sexo. Padrões e modelos são utilizados ao longo da história para diferenciar o sexo masculino do sexo feminino. Assim, adquirimos características que nos diferenciam uns dos outros. Segundo Moreno (1999, p. 28), tudo o que fazemos, como nos comportamos, nossa forma de pensar, falar, sentir, fantasiar e até sonhar é influenciada pela imagem que temos de nós mesmos.

Esta imagem, nós não a fabricamos do nada, mas a construímos a partir dos modelos que a sociedade os oferece. E é a sociedade e não a biologia ou os genes quem determina como devemos ser e nos comportar, quais são nossas possibilidades e nossos limites. Vem daí a necessidade da educação. Se os seres humanos se comportassem unicamente a partir de seus impulsos biológicos, se as condutas consideradas masculinas e femininas fossem espontâneas, naturais e predeterminadas, não seria necessário educar tão cuidadosamente todos os aspectos diferenciais; bastaria deixar que a natureza atuasse por si mesma. Ao contrário, o indivíduo humano é capaz de uma gama variada de condutas que não estão determinadas no momento do nascimento. De todas as possíveis formas de atuação, cada sociedade elege algumas que constituem seu modelo e que vão-se formando e transmitindo ao longo de sua história, ficando rigidamente estabelecidas como normas ou modelos de conduta. Estes padrões ou modelos não são os mesmos para todos os indivíduos; existem uns para o sexo feminino e outros para o masculino, claramente diferenciados (MORENO, 1999, p. 28-9).

Assim, os procedimentos seguidos pela sociedade guiavam o comportamento dos sexos. Tanto o sexo feminino quanto o masculino, para Moreno (1999), seguem modelos que acreditam ser verdadeiros e inatos aos seres, os quais são justificados por questões biológicas ou divinas. No entanto essas condutas são estabelecidas ao longo dos tempos, ao longo da história de cada indivíduo e da ideologia a que está atrelado.

A partir dessas observações, podemos entender como a mulher é construída enquanto

mulher e dona de casa. A partir dos anos 50, intensifica-se mais ainda o estereótipo de mulher, e ficam mais nítidos os papéis da mulher e do homem na sociedade. Bassanezi (2004, p. 608) comenta que, na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. Isso foi fruto ainda da sociedade patriarcal, que dava plenos poderes aos homens sobre as mulheres. Bassanezi (2004) continua dizendo que a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e cuidado dos filhos e do marido.

De acordo com Perrot (2005 [1998], p. 179), acredita-se que a mulher tem um lugar determinado. Compartilhando o pensamento de Dauthier, afirma: “acreditamos que o lugar atual da mulher não é no ateliê ou na fábrica, mas no lar, no interior da família, porque a mulher que trabalha no ateliê deve deixar seu lar sem direção e não pode manter seu interior”. Quando se torna esposa, a mulher deixa de viver para si mesma e passa a pertencer ao marido. Nem mesmo ao salário para desempenhar as funções domésticas ela tem direito: “do ponto de vista da independência e da moral, a moça deve trabalhar e receber um salário para viver, o mesmo não acontece para a esposa”, segundo Perrot (2005).

Ela deve ser, antes de tudo, uma dona-de-casa. A verdadeira dona-de-casa que sabe cuidar de seus filhos e colocar ordem em suas roupas, esta verdadeira amiga da família pobre, deve ser considerada como o ministro do interior e das finanças do operário (PERROT, 2005 [1998], p. 180).

A mulher deve ter sabedoria para conduzir sua casa e, assim, conseguir a admiração do esposo e seu bom trato. Deve saber cuidar dos afazeres domésticos e administrar as finanças que o marido traz para casa. Assim, o trabalho realizado dentro de casa não era visto como trabalho, mas como obrigação. Segundo Beauvoir (2016 [1949], p. 127), Aristóteles defende que a mulher só é mulher em virtude de uma deficiência pela qual deveria viver fechada em sua casa e subordinada ao homem.

À mulher cabe apenas administrar o lar, enquanto o marido o governa. Ela, assim como o proletário, não tem direitos e está subordinada ao senhor (esposo). O papel desse ser puramente afetivo é o de esposa e dona de casa; ela não poderia entrar em concorrência com o homem. Balzac declara que o esposo deve manter a mulher em total sujeição para evitar a desonra masculina. Ainda declara que “a mulher casada é uma escrava que é preciso saber colocar num trono”, ou seja, dá-se todo o privilégio possível à mulher para que sejam ludibriadas e seduzidas por privilégios e aceitem o papel de mãe e de dona de casa ao qual as querem confinar (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 162-3).

A esposa dependia da autorização do marido para trabalhar fora de casa. Somente a partir do ano de 1943, segundo Scott (2013, p. 23), a legislação brasileira concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa sem a “autorização expressa do marido”. Antes disso, ela era considerada civilmente incapaz.

As mulheres tinham pouco espaço para manifestar sua insatisfação e indignação, assim como tinham poucas oportunidades diante do marido para expressar suas vontades. Hoje a situação é muito diferente. A mulher começa a reivindicar igualdade também dentro de casa, na divisão de tarefas no lar.

Nos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, por exemplo, eram comuns reportagens e charges criticando uma situação muito freqüente no espaço doméstico: marido e mulher voltando do trabalho juntos, ele se encaminhando para a poltrona e se instalando na frente da televisão, e ela iniciando sozinha sua *outra* jornada de trabalho: lavar roupas e louça, preparar comida, limpar a casa atender as crianças (PEDRO, 2013, p. 251).

Assim, até hoje podemos contemplar as reivindicações de mulheres para que o trabalho doméstico não recaia somente sobre os seus ombros, mas que seja dividido com os homens e o Estado, que poderia construir creches onde as crianças pudessem ficar enquanto os pais estivessem trabalhando, lavanderias coletivas e restaurantes populares, para não ocupar um maior tempo na cozinha todos os dias.

Infelizmente, não é todo companheiro que ajuda a mulher nas tarefas do lar. Elas ainda se sentem as principais responsáveis pelo cuidado da casa. Ainda que os maridos ajudem, não dividem as responsabilidades da organização e da boa administração do lar com as mulheres. Dessa forma, a jornada dupla de trabalho continua sendo um grande peso para elas (PEDRO, 2013, p. 251).

## A MULHER E O TRABALHO

Perante a sociedade, a mulher, historicamente, assume papéis de submissão. As relações históricas, em grande parte, refletiam os costumes patriarcais, em que a mulher era a responsável pela família, pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos, obrigando-a a manter-se afastada do mercado de trabalho.

Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que

viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio (BASSANEZI, 2004, p. 624).

Na divisão primitiva do trabalho, o homem caça e pesca enquanto a mulher permanece no lar (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 84). Com o passar do tempo, a propriedade privada aparece, e o homem é senhor dos escravos e da terra e torna-se também proprietário da mulher. Assim surge a família patriarcal, baseada na propriedade privada: “Nessa família a mulher é oprimida” (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 85).

Em relação ao homem, a mulher deseja sentir a sensação de emancipação, obtendo igualdade de direitos, igualdade política, jurídica e igualdade econômica.

A mulher não tem uma história definida do trabalho fora de casa, uma vez que lhe cabia apenas ficar em casa para cuidar da família. Ela não poderia participar dos espaços públicos e muito menos deixar a casa, o marido e a educação dos filhos para se dedicar a uma carreira: sua carreira era ser *dona de casa*. Assim, era impedida de obter oportunidades em atividades públicas e em carreiras consideradas masculinas.

O trabalho das mulheres na fábrica era evidentemente a principal ameaça para uma família que continuava a ser prioritária. Por isso, o mundo operário opunha a este trabalho uma tão forte resistência (PERROT, 2005 [1998], p. 193).

De acordo com a citação acima, para a sociedade, a mulher deveria permanecer “trabalhando” em casa, ou seja, deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade. O trabalho feminino fora do ambiente doméstico passa a ser condenado, por conta da assistência ao casamento e à maternidade. Segundo Matos e Borelli (2013, p. 133), o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza.

O trabalho era visto como desperdício de energias femininas, que comprometia sua saúde e o desempenho de suas funções de dona de casa, esposa e mãe. Assim, cresceu a oposição à atuação da mulher no mercado de trabalho, o que colaborou para diminuir sua presença, entre 1920 e 1940, no universo fabril.

Com o desenvolvimento da industrialização, a mulher passa a ocupar, no setor de serviços, empregos menos visíveis, como telefonistas, escriturárias, secretárias e datilógrafas, tendo de conciliar tais empregos com o trabalho dentro de casa (MATOS; BORELLI, 2013, p. 134).

Sempre enfrentando fortes resistências para ingressar no mundo do trabalho, algumas

profissões que exigiam educação superior foram importantes para que a mulher começasse a romper essa hostilidade. Nesse contexto, a “mulher” ganhou certa valorização social por seu papel de “mãe” e “educadora”: para cumpri-lo bem, era preciso estar preparada. Essa ideia ampliou as preocupações com a questão da educação formal de meninas e moças.

Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc. que exigiam das mulheres uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-se profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudança no *status* social das mulheres (BASSANEZI, 2004, p. 624).

No entanto, as profissões ainda tinham características que destacavam o papel da mulher atrelado ao contexto do lar. Vemos, como exemplo disso, profissões como professora, enfermeira, médica serem direcionadas a mulheres, pelo fato destas serem “mais aptas” a exercê-las, e por poderem conciliá-las com as demandas da vida doméstica.

A mulher era atraída para a profissão do magistério, enquanto os homens abdicavam da sala de aula nos níveis mais básicos do ensino, exercendo cargos de maior prestígio, como direção, inspeção ou funções técnicas e administrativas. As mulheres tornavam-se professoras:

Entre 1835 e 1890, o magistério tornou-se basicamente feminino (essa tendência foi chamada de “feminização do magistério”), na medida em que passou a ser visto como um campo por excelência de mulheres, apreciadas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar crianças (MATOS; BORELLI, 2013, p. 137).

Podemos ver, assim, que a profissão de professor estava atrelada ao serviço de dona de casa, que deveria saber cuidar dos filhos, educá-los e discipliná-los, caso necessário. Algumas mulheres a exerciam de bom grado, por se sentirem valorizadas, mas outras a abandonariam em decorrência do casamento ou da maternidade. Segundo Matos e Borelli (2013), o magistério também foi considerado adequado às mulheres por ser um trabalho de “meio período”, permitindo concatenar a atividade profissional com as obrigações do lar.

A profissão de enfermeira faz alusão ao serviço dentro do ambiente doméstico. As enfermarias, que eram lugares sujos, desconfortáveis e insalubres, no início do século XX, necessitavam de ordem, limpeza e higiene. Além disso, exigiam-se profissionais que tivessem em sua conduta um bom comportamento moral, dentro e fora do hospital, vivendo um “regime disciplinar”, tal qual as freiras.

Na busca por melhorar a qualidade dos serviços prestados, a enfermagem acabou saindo da órbita do controle das freiras e passou a responder diretamente à chefia dos médicos. Nessa época, a “boa enfermeira” era valorizada por habilidades como esmero, paciência, abnegação, cautela e docilidade no trato geral do paciente (limpar, arrumar, administrar remédios e curativos), contribuindo para o bom êxito das prescrições médicas (MATOS; BORELLI, 2013, p. 138).

Aqui percebemos como a semelhança entre a enfermeira e a dona de casa é visível. Tanto uma como a outra deveriam ter habilidades em seus desempenhos de função: ser enfermeira e ser trabalhadora domiciliar. Assim, seriam valorizadas e ajudariam no ambiente em que tais funções eram desempenhadas. Todo o êxito do trabalho dependia delas.

A área médica, mais especificamente a odontologia, não era diferente das demais quanto a se assemelhar ao trabalho doméstico. O curso de Odontologia passou a ser visto como uma possibilidade para as mulheres, especialmente as solteiras e as que pretendiam voltar-se ao atendimento de uma clientela feminina e infantil.

As dentistas eram consideradas mais cuidadosas e pacientes que os profissionais homens no trato com as crianças. Além disso, eram tidas como moralmente mais adequadas para cuidar de pacientes do sexo feminino. [...] entre as razões elencadas pelas mulheres para seguir a profissão está, além do prestígio e da possibilidade de exercê-la com autonomia, a flexibilidade na jornada de trabalho – motivo de grande preocupação entre as mulheres *obrigadas* a se dividir entre o cuidado da casa e dos filhos e a profissão (grifo meu) (MATOS; BORELLI, 2013, p. 139).

Assim, notamos que as mulheres, mesmo as portadoras de condições financeiras mais elevadas, ainda estão atreladas às obrigações do lar. As mulheres, nesse caso, eram vistas como aquelas que tratavam com mais amor e paciência as crianças. Estavam mais preparadas e não possuíam o risco de corromper a moral infantil.

Mesmo frente a essa abertura no universo trabalhista, a mulher ainda era impedida de exercer algumas profissões, por conta do machismo. Leis foram criadas para beneficiá-las e regulamentar o trabalho feminino, a exemplo da CLT (1943) com o item “Da proteção ao trabalho da mulher”. Contudo o próprio item da Lei restringia o espaço feminino alcançado.

Por meio dele, ficou estabelecida a equiparação salarial entre homens e mulheres. Além disso, coibiu-se a participação de mulheres em tarefas inadequadas a sua capacidade física e/ou que colocassem em risco a saúde feminina. Com exceção de empregos em telefonia, radiotelefonia, enfermagem, casas de espetáculos e diversão, hotéis e bares, o trabalho

noturno também foi vetado às mulheres (MATOS; BORELLI, 2013, p. 141).

Nem tudo estabelecido em lei era cumprido. Como exemplo disso, ainda vemos a diferença salarial em alguns setores trabalhistas, e, embora as mulheres trabalhem muito, o acesso a algumas profissões continuava sendo prioritariamente masculino, havendo muita exclusão feminina.

Mudanças comportamentais a partir do feminismo e do movimento de contracultura começam a movimentar esperanças femininas. A autonomia, a realização profissional, a possibilidade de controle da natalidade são disponibilizadas à mulher a partir de sua entrada e permanência no mercado de trabalho e da diversidade de profissões que passou a exercer, num mundo até então impermeável ao ser feminino (MATOS; BORELLI, 2013). No entanto, segundo Bassanezi (2004, p. 624), ainda

Era mencionada como perigo a perda da feminilidade e dos privilégios de sexo feminino – respeito, proteção e sustento garantidos pelos homens – praticamente fatal a partir do momento em que a mulher entra no mundo competitivo das ocupações antes destinadas aos homens. As revistas femininas da época fizeram eco a essas preocupações, aconselharam e apelaram para que as mulheres que exerciam atividades fora do lar não descuidassem da aparência ou da reputação pessoal e soubessem manter-se femininas.

Diante da citação acima, podemos observar que, mesmo alcançando uma posição de destaque no universo masculino, as mulheres tinham, ainda, que seguir algumas imposições sociais. Ela poderia trabalhar sem, no entanto, descuidar-se da aparência, a fim de agradar ao homem.

Começa assim a consolidar-se novas trajetórias profissionais. Profissões em áreas como Engenharia, Arquitetura, Medicina, Veterinária e Direito começam a crescer entre as mulheres. Com isso, a duras penas, hoje elas atingem cargos elevados e consolidam carreiras. Assim, no trabalho formal e no informal, vê-se ampliar a participação da mulher no mundo do trabalho, mesmo que persistam dificuldades de inserção em determinadas especialidades e funções, desigualdades salariais e múltiplos obstáculos, principalmente em carreiras ainda consideradas como masculinas.

Apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família e da constatação da chefia de domicílios encabeçada por mulheres, nos núcleos familiares, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sobrecarregando seu cotidiano envolto numa “dupla jornada” (MATOS; BORELLI, 2013, p.



146).

A mulher tenta romper com ideias machistas e estigmatizadas, tenta sair das *sombras*, mas ainda é vista por uma parcela considerável da sociedade como aquela que nasceu com uma função determinada, que se tornou seu lugar natural e comum: o lar.

## DIREITOS DAS MULHERES

Mesmo com todos os avanços conquistados, as mulheres não se encontram em pé de igualdade com os homens. Em várias áreas, a mulher é prejudicada por não usufruir das mesmas vantagens que seus pares – seja no trabalho com remuneração abaixo do que ganham os homens para exercer a mesma função, seja na escolha de profissões ainda denominadas masculinas, seja em Leis machistas que a impediam de exercer seus poderes, a exemplo do voto, ou no próprio seio da sociedade, quando estabelece a diferença entre homem e mulher, determinando, assim, o que o homem pode fazer e a mulher não.

As mulheres são diferentes do homem. Não fazem serviço militar. Deverão votar as prostitutas? Outros afirmam com arrogância sua superioridade de machos: votar é uma obrigação, não um direito, as mulheres não são dignas desse dever. São menos inteligentes e menos instruídas do que os homens. Se votassem, os homens se tornariam efeminados. Não têm educação política, votariam em obediência ao marido. Se querem ser livres, que se libertem antes de tudo de suas costureiras (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 179).

Atenuavam-se muitas objeções contra os direitos da mulher, que demorava a alcançar a plenitude de seus direitos. A mulher luta por completa igualdade até hoje. Igualdade entre os sexos, inserção da mulher no desenvolvimento social e na vida econômica e política de seu país sempre foram objetivos pretendidos pelas mulheres.

A criação de leis desenha um novo cenário para as mulheres, mas infelizmente não houve de fato leis que garantissem direitos iguais entre homens e mulheres. A maioria delas, no quesito família, coloca mulheres e homens em patamares desiguais, atribuindo às mulheres menores direitos (CORTÊS, 2013, p. 261).

Diante de todas as Constituições já existentes no país, Cortês (2013) destaca algumas passagens que deixam evidente como as mulheres não eram respeitadas e consideradas cidadãs em sua plenitude. A primeira Constituição data de 1824 e exclui a mulher da nomenclatura “cidadãos brasileiros”. Ela, juntamente com os escravos e homens livres, não

participaria de atos da vida civil. Muitas restrições foram impostas, como não exercer cargo público, não votar, nem ser votada.

A segunda Constituição, de 1891, apesar de afirmar que “todos são iguais perante a lei”, não incluía a mulher. Mesmo sendo inspirada por princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, na designação “todos”, as mulheres não faziam parte.

Após a Independência, a situação da mulher começa a mudar, porém ainda em passos curtos. A igualdade entre os sexos, a proibição de diferença de salários entre os sexos e do trabalho em indústrias insalubres, a assistência médica à gestante, o descanso à mulher antes e depois do parto, instituídos na Constituição de 1934, garantiram à mulher um novo começo na vida social.

Em 1937, a Constituição autoritária preserva alguns direitos conquistados e acrescenta a garantia de assistência à família de prole numerosa, educação integral, reconhecimento dos filhos naturais com direitos iguais aos dos filhos legítimos e, especificamente para as mulheres, o direito ao voto, eliminando-lhes as reservas.

Já na Constituição de 1946, de acordo com Cortês (2013), a eliminação da expressão “sem distinção de sexo” diante da afirmação “todos são iguais perante a lei” traz um retrocesso para as mulheres, pois resgatou a antiga polêmica: “todos” inclui as mulheres?

Na Constituição de 1967, poucos acontecimentos beneficiaram a mulher. Como único avanço para as mulheres, houve a redução do prazo para aposentadoria de 35 para 30 anos de serviço.

Por fim, com seu “*lobby* do batom”, as mulheres incentivaram a Constituição de 1988, também conhecida como “A Constituição Cidadã”, por ser elaborada com a participação da sociedade. Nessa Constituição, podemos observar o direito da isonomia – igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Homens e mulheres foram incluídos na Constituição com igualdade de direitos e obrigações, na vida civil, no trabalho, na família.

Podemos perceber que muita coisa mudou a partir das Constituições formuladas no país. Com relação aos direitos das mulheres, as mudanças foram mais lentas, com muita luta e dificuldade. Ainda faltam muitas ações que integrem e facilitem a vida de mulheres que ainda vivem à margem social. Porém podemos estar conscientes de que a população em geral já percebe a mulher como parte integrante da sociedade, que tem os mesmos deveres e suas obrigações, como também os mesmos direitos que os homens.

## CORPO E SEXUALIDADE DA MULHER

As transformações sociais e culturais ocorridas durante toda a história do Brasil influenciam e modificam o comportamento e o modo de pensar das mulheres, como também condutas e novas práticas na sociedade. Esses comportamentos, antes marcados por discursos sexistas sobre a mulher, implicariam o controle rígido e a repressão contra o corpo e a sexualidade feminina.

No século XIX, a sexualidade feminina ainda vivia sob vigilância. Tentavam vigiar e controlar o corpo e a sexualidade da mulher, a fim de que seguisse seu destino natural expressado através do papel de boa esposa e evidenciado por seu instinto materno. A imagem da mulher estava atrelada a submissão, fragilidade física, inferioridade e instinto materno. Ela era apenas um corpo que deveria servir aos interesses sociais.

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o seu sexo, vulcão da terra. (PERROT, 2005 [1998], p. 447).

Assim, entende-se que a mulher deveria ser controlada, enclausurada. Defendia-se que toda mulher em liberdade era um perigo e, ao mesmo tempo, estava em perigo, um reconhecendo o outro. Acontecendo a uma mulher um fato ruim, ela estaria recebendo apenas aquilo que merece. Muitos costumes anteriores, que subjugavam o corpo da mulher, eram legitimados pela sociedade. Nas residências senhoriais, prostitutas, bastardas e empregadas eram entregues, sem entraves, à concupiscência dos jovens machos, admitindo-se até que eles as forçassem (PERROT, 2005 [1998]).

A virilidade repousa sobre a representação de um desejo masculino, natural, irrefreável, que necessita de um exutório. No século 19, a prostituição venal é considerada como uma higiene necessária que precisa apenas ser regulamentada. E o recurso à empregada da fazenda ou à doméstica nos meios burgueses, é visto como um mal menor. Forma de dependência herdada do Antigo Regime, a criadagem continua a ser fortemente marcada pela servidão corporal (PERROT, 2005 [1998], p. 448).

O corpo das mulheres não lhes pertence. A este respeito, Perrot (2005[1998]) esclarece que, na família, ele pertence a seu marido, que deve “possuí-lo” com sua potência viril. Mais tarde, a seus filhos, que as absorvem inteiramente. Na sociedade, ele pertence ao Senhor. Não

era visto de forma adequada que a mulher tocasse ou explorasse seu corpo. Essa atitude devia ser desempenhada primeiro pelo marido, pelo filho e pelo Senhor.

Os senhores nas fábricas encontram nas mulheres operárias uma extensão da servidão trabalhista e pensam, segundo Perrot (2005), que os “serviços”, o setor de empregos amplamente femininos, comportam a ideia de um engajamento físico, como se uma mulher não pudesse vender somente sua força de trabalho.

Esse enraizamento das mulheres no território de seus corpos é uma das chaves de sua extrema dificuldade em ter acesso ao assalariamento, mesmo como operárias. A Revolução Industrial não trouxe para elas, num primeiro momento, mudança radical, mas uma extensão de sua servidão, ampliada do círculo familiar para o ateliê e para a fábrica, com as mesmas características de não qualificação, precariedade de emprego e dependência sexual. A esse respeito, Perrot (2005 [1998], 449) comenta:

A contratação, a promoção, as gratificações estão nas mãos de uma direção e de executivos masculinos, fortemente tentados a usar de suas prerrogativas para tirar dali todo o prazer possível. Ainda mais quando a mão-de-obra é jovem – as operárias tinham de onze ou doze anos, até vinte e cinco anos – fresca, virgem e sem defesa (PERROT, 2005 [1998], p. 449).

Diante de muitos atos de exploração sexual contra as mulheres, na sua maioria meninas que ficam em silêncio por conta do medo, da humilhação e do embaraço, desvelar o quanto sofrem e o quanto são humilhadas ainda é a maneira mais benéfica de ajudar outras mulheres. A relação entre os sexos ainda se pauta pela dominação dos homens sobre as mulheres, expondo uma desigual relação de força que suscita violência e que almeja um domínio do corpo alheio.

Com o passar do tempo e com as grandes transformações sociais, surgem mudanças de comportamento na vida das mulheres. Os limites são quebrados e, cada vez mais, as mulheres se igualam aos homens nas esferas trabalhista, política, cultural, e também sexual.

As mulheres assumem, sem maiores constrangimentos, funções antes ditas masculinas, atenuando preconceitos em alguns casos e diminuindo ou aniquilando em outros. Elas estudam, trabalham, viajam, leem jornais, veem televisão, atualizam-se e dirigem automóveis. Com maior liberdade, as mulheres, com empregos mais qualificados e remunerados, sentem-se mais livres, pois têm maior independência econômica, segurança, maior *status* na sociedade e na família. Segundo Pinsky (2013, p. 514), tal processo seria acompanhado pelo desenvolvimento de uma consciência crítica das desigualdades sociais com base no sexo e pela vontade de voar mais alto.

Com a ampliação da liberdade, ampliavam-se também os sinais de inconformismo com a condição de superioridade masculina na sociedade e com a discriminação sexual que vitimava a mulher. Assim, as garotas percebem que podiam ter em sua vida privada a mesma liberdade sexual que os rapazes. A partir de 1980, passaria a ser um comportamento “normal” a não obrigatoriedade da virgindade para as solteiras, assunto que estaria “fora de moda”:

A atividade sexual das “garotas decentes” (aquelas com quem os rapazes podiam vir a se casar), agora socialmente aceita, em geral, começava mais cedo (por volta dos 16 anos para as meninas) e conduziu paulatino desuso da prática de os garotos aprenderem sexo com prostitutas. Em 1985, a revista *IstoÉ* anunciava: “O sexo já não é pecado. A perda da virgindade agora é uma opção. Os adolescentes estão mais livres para escolher sua iniciação sexual”. Em 1990, a revista *Claudia* recomendava: “os pais devem aceitar o fato de eu os jovens, em sua maioria, irão ter experiências sexuais” (PINSKY, 2013, p. 521).

Assim, agora a mulher assume ser dona de seu próprio corpo, podendo se relacionar intimamente com o namorado, incentivada pela aceitação da sociedade, que antigamente era contrária à iniciação sexual feminina antes do casamento, enquanto os rapazes poderiam ser iniciados por prostitutas (PINSKY, 2013, p. 518).

A partir de 1990, as hierarquias entre feminino e masculino desaparecem, porém nomes pejorativos, como “galinha”, que caracterizava um comportamento inaceitável por alguns, ainda insultavam as mulheres.

No tempo em que chamar uma moça de “gata” (bonita) virou elogio, chamá-la de “galinha” continuava a ser um insulto. Mesmo que ele não se relacionasse mais à perda da virgindade, seu uso mostrava que outros critérios (como a quantidade de rapazes com que a garota se relacionava, o modo como exibia sua sensualidade, o grau de discrição com que mantinha seus relacionamentos sexuais) regulavam o comportamento sexual das mulheres aos olhos das pessoas que se sentiam no direito de classificá-la como merecedoras de respeito ou não (PINSKY, 2013, p. 521).

Não cabia mais essa postura após todas as transformações pela qual a mulher passava. Eram atitudes que insistiam em existir e que continuam, ainda hoje, desvalorizando a mulher. Segundo Pinsky (2013), ainda hoje a fórmula “vadia” é corrente, provando que as mulheres, mesmo com maior possibilidade de escolhas eróticas e com um individualismo acentuado, ainda têm que considerar seus efeitos em sua reputação.

Muitas posturas foram transformadas quanto ao sexo, que deixou de ser visto apenas com fins reprodutivos, passando a ser reconhecido como fonte de recreação e prazer. Para

Pinsky (2013), o prazer sexual, válido para homens e mulheres, é um componente da “vida feliz” com ou sem casamento/relacionamento amoroso.

Portanto, com essas mudanças, a mulher ficava mais livre para optar por suas escolhas, enfatizando o direito feminino ao prazer sexual independente de estado civil. O que prevalecia era o fato de ter direito e soberania sobre seu próprio corpo.

#### 4 PROCESSO METODOLÓGICO

O escopo deste estudo visa perceber a constituição dos sentidos sobre a mulher nos textos de alunos do Ensino Fundamental II, da Escola Municipal Maria Elizabete Oliveira Estrela, situada no Município de Santanópolis, Bahia. Esta pesquisa teve como motivação atitudes manifestadas por alunos no ambiente escolar, que ridicularizavam algumas colegas de forma agressiva, ultrajante e hostil. Vale ressaltar que essa atitude não era apenas expressa por colegas do gênero masculino, mas também por algumas meninas, que agiam de forma ofensiva com outras alunas.

A Análise de Discurso de Linha Francesa utiliza-se de alguns procedimentos de análise para investigar os discursos em circulação na sociedade. Para tal investigação, partimos da definição epistemológica de três itens: objeto, objetivo e método. Quanto ao objeto de pesquisa, são os efeitos de sentidos em textos produzidos por alunos; no que se refere ao objetivo, pretende-se analisar os sentidos produzidos sobre a mulher através das formações discursivas e ideológicas e dos elementos do interdiscurso que estão na base da constituição dos efeitos de sentido gerados pelos discursos dos alunos, a partir de suas produções textuais em sala de aula; e, por fim, o método de análise em AD, que é, basicamente, a constituição do *corpus*. Para Orlandi (2015, [1999], p. 61), a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas.

Vale ressaltar também que a pesquisa em Análise do Discurso é pautada numa perspectiva qualitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se deu pelo fato de que, em tal abordagem, o pesquisador é imerso no contexto e na perspectiva interpretativa de condução da pesquisa em que ele será o interpretador da realidade. Tem-se em vista que

“Os métodos” qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. (LIEBSCHER *apud* DIAS, 1998, p. 1).

Sendo assim, o pesquisador sempre busca respostas para suas indagações, a fim de desenvolver seu trabalho. O conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente.

Na Análise do Discurso, o analista está imerso no processo de análise quando busca

descrever os gestos de interpretação e se envolve com a própria interpretação. Segundo Orlandi (2015, p. 58), ele constrói seu dispositivo de interpretação, que considera a ideologia e o inconsciente nesse processo.

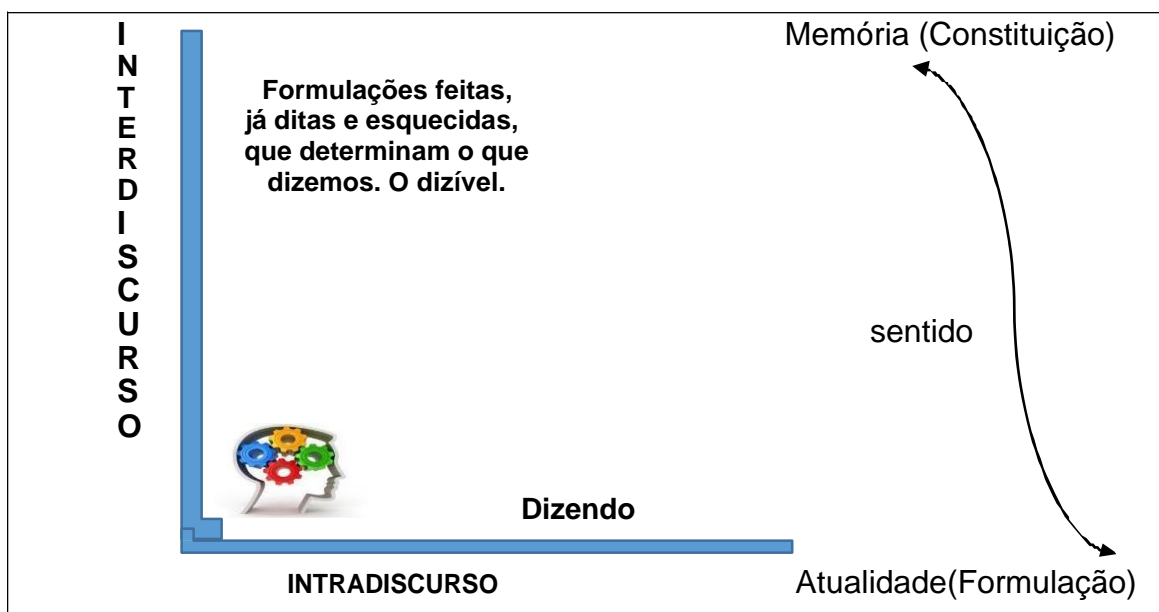
O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se inter-relacionam. (ORLANDI, 2015, p. 58).

Segundo Orlandi (2015), o “analista está envolvido na interpretação”. Assim, o analista deve se colocar entre a descrição e a interpretação, a fim de se relacionar com os objetos simbólicos que analisa, não assumindo uma posição neutra, mas atravessando o efeito da transparência. Não há como separar descrição de interpretação e, por conta disso mesmo, o analista envolve-se apenas nos limites da interpretação: “ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 2015, p. 59).

O alicerce teórico-metodológico que sustenta a análise dos sentidos sobre a discursivização da mulher na sociedade viabiliza analisar os possíveis sentidos segundo a historicidade e a ideologia. Assim, espera-se que se concebam montagens discursivas em que sejam seguidos critérios da teoria da Análise do Discurso, a fim de verificar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso decorrente de um enunciado difundido numa materialidade. A melhor maneira de atender à questão da “constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorram de princípios teóricos da análise do discurso” (ORLANDI, 2015, [1999], p. 61). Essa montagem inicia a base para a análise do *corpus* e visa demonstrar como um discurso funciona.

Como já afirmado anteriormente, para a AD, o discurso é sempre constituído por outros discursos resgatados da memória discursiva (já-ditos e esquecidos) em um dado momento. Logo, é na junção de memória (que se caracteriza pela constituição), com a junção de atualidade (que se manifesta pela formulação de sentidos) que os sentidos são concebidos.





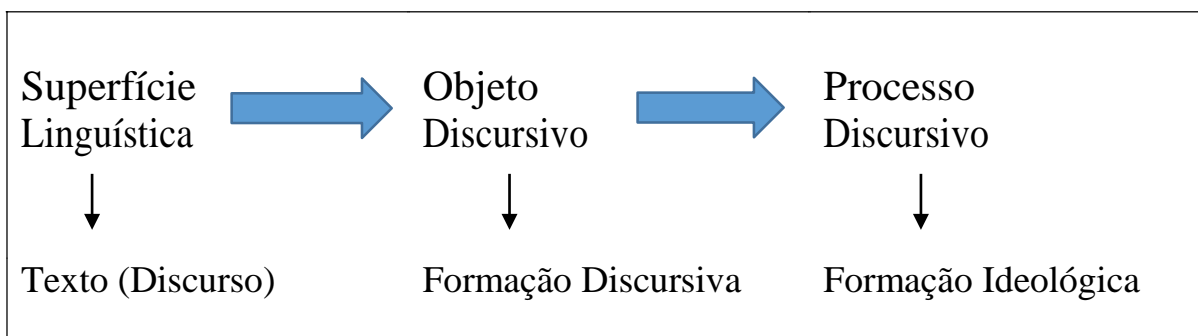
Fonte: Santos (2016, p. 106).

Dito de outra forma, percebemos que, na confluência entre a memória e a atualidade, esta enquanto formulação e aquela, constituição, os sentidos são construídos. Assim, ressalta-se, o sujeito é a posição que se assume no discurso na sociedade.

Este estudo busca perceber se a posição do sujeito interfere na produção de sentido sobre o sujeito mulher, e observar como a mulher é discursivizada a partir das categorias identificadas nas materialidades linguísticas. Mas, para isso, buscamos também englobar as contribuições investigativas e teóricas da pesquisa, utilizando conceitos fundamentais para Pêcheux, como Superfície linguística, Objeto discursivo e Processo discursivo.

*Superfície linguística*: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão. *Objeto discursivo*: entendido como o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa a anular a ilusão nº 2. *Processo discursivo*: entendido como o resultado da relação de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo é obtido por uma de- sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1 (PÊCHEUX; FUCHS, 1993 [1975], p. 180-1).

Assim, visualizando tais conceitos designados por Pêcheux (1993) de forma mais sistemática, temos:



Fonte: Orlandi (2015, p. 76).

Em relação à primeira etapa, trabalham-se os limites da superfície do texto a partir das regularidades dos aspectos lexicais, morfológicos e sintáticos. Segundo Orlandi, (2015, p. 63) essa superfície (*corpus* bruto) é o material de linguagem bruto, coletado tal como existe. Nesse momento, cabe ao analista transformar a superfície linguística em objeto teórico, ou seja, um objeto linguisticamente de-superficializado, levantado como materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstância. Para a autora, nessa ocasião, busca-se dar conta do esquecimento nº 2, que acarreta a impressão de que aquilo que é dito só poderia ser dito daquela maneira. Orlandi (2015) considera que:

Com esse primeiro movimento de análise, trabalhamos no sentido de desfazer os efeitos dessa ilusão: construímos, a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas. (ORLANDI, 2015, [1999], p. 63).

Já na segunda etapa, deixa-se de lado o esquecimento nº 2 e considera-se o esquecimento nº 1, para examinar o objeto discursivo. A partir desse objeto, o analista busca refletir uma análise que relacione as formações discursivas com a formação ideológica que permeia essa conjuntura. Para se chegar ao objeto, o analista passa por um trabalho de interpretação, a fim de compreender o funcionamento do discurso. Cabe também ao analista ficar atento ao efeito metafórico, que segundo Orlandi (2015, p. 77), é responsável pelos deslizamentos na língua. A autora continua afirmando que esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podendo dizer que não há língua sem esses deslizamentos, logo, não há língua que não ofereça lugar à interpretação. Por fim, temos a terceira etapa, na qual é possível compreender o assujeitamento.

## DEFINIÇÃO DO *CORPUS* E ETAPAS DA PESQUISA

O analista constrói o *corpus* e, a partir dele, faz a análise. Segundo Orlandi (2015, p. 61-2), é a partir do texto que se remete, em suas regularidades, a um discurso. Sendo assim, a análise, que é um processo iniciado pelo próprio estabelecimento do *corpus*, não está livre da influência do analista, uma vez que ele recorta o *corpus*. Daí ser essencial a interferência constante da teoria, numa tentativa de “reger” a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, consigo mesmo, com a interpretação.

Para contemplar o objetivo principal desta pesquisa, tivemos duas indagações problematizadoras: a quais formações discursivas e ideológicas os sujeitos estão atrelados quando se referem ao sujeito mulher discursivizado nas produções textuais? Percebem-se no discurso dizeres machistas materializados sobre a mulher? Diante dessas questões, procedemos à hipótese principal de que os discursos estão postos e colocados, mas a interpelação do sujeito por uma formação ideológica dominante pode impedir que este se desvencilhe de um discurso machista. Assim, neste trabalho, pretendemos analisar como a mulher é discursivizada nos textos escritos por estudantes.

O trajeto metodológico deste trabalho inicia-se com o desenvolvimento de uma prática de produção textual, a partir de uma Oficina de produção de texto em sala de aula, com carga horária de cinco horas. Apesar de essa ação já estar programada para a confecção dos textos dos alunos, foi aproveitada a solicitação, como processo de avaliação da disciplina do mestrado “Linguagem e Produção de Sentidos”, para uma Oficina de Leitura, realizada no período de 20/03/2017 a 24/03/2017, após o projeto ter sido submetido e aprovado ao Conselho de Ética, em que os alunos produziram uma dissertação escolar sobre a temática mulher, materialidade constitutiva do *corpus* desta pesquisa. A escolha do gênero dissertação escolar deve-se ao fato de possibilitar ao aluno construir uma opinião atenciosa acerca de uma temática solicitada.

A escola na qual a oficina foi realizada localiza-se na cidade de Santanópolis, Escola Municipal Professora Maria Elizabete Oliveira Estrela. Recebe alunos da sede e de vários povoados da zona rural. Ela possui aproximadamente 700 alunos, divididos entre os três turnos de ensino, e conta com 9 salas de aula, não incluindo, nesse total, sala de recursos para alunos especiais. O quadro de docentes é formado por 40 membros. A escola participa do programa Mais Educação, oferecendo atividades extras para os alunos no turno oposto ao de ensino. Esta pesquisa foi realizada com 30 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental (EF-II)

na faixa etária entre 14 e 15 anos. Por ser o término da segunda etapa do EF-II, os alunos já estavam treinando a redação escolar para participarem futuramente de um processo seletivo, o que contribuiu com a produção da escrita para este trabalho de mestrado.

A temática sobre a mulher é pertinente ao cotidiano dos alunos, uma vez que a maioria dos lares nessa região é composta por mulheres, que assumem a responsabilidade da casa. Os alunos têm contato com a mulher enquanto mãe, irmã, avó, colega de escola, etc.

Nesse contexto, vamos analisar as produções dos alunos realizadas a partir da leitura de vários gêneros textuais. O objetivo era que os alunos do 9º ano do EF-II fizessem a leitura de todos os textos motivadores, discutissem a temática e depois escrevessem suas produções. Foram produzidos, no final, um total de 30 dissertações escolares.

Anteriormente, foi feita uma visita à escola, com autorização da direção, para expor o trabalho para os alunos. Nessa oportunidade, foi explicado tratar-se de uma pesquisa do curso de Mestrado da Universidade Estadual de Feira de Santana, descrevendo como seria desenvolvida a oficina, além de deixar claro o tema a ser discutido em sala. Só então iniciamos a aplicação da Oficina. Isso posto, a fim de orientar o leitor, passemos para a atividade prática executada em sala de aula.

A princípio, houve uma identificação dos conhecimentos prévios do aluno para construir o aprendizado em sala de aula, levando em consideração as particularidades desses alunos e da região em que a escola se localiza.

No primeiro encontro, dia 20/03/2017, solicitamos a organização dos alunos em grupo. Cada grupo ficaria responsável pela leitura de um gênero discursivo, entre os quais tivemos uma reportagem sobre a esposa do vice-presidente na época, Michel Temer, Propaganda anos 1940, Charge de Duke, Conto de Marina Colasanti, Tirinhas de Mafalda, Letra de música do Grupo Bailão do Robysson. Tais textos foram escolhidos pelo fato de apresentarem diferentes modos de ver a mulher.

Após esse primeiro passo, distribuimos o primeiro texto, que tem por título: *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Durante a leitura do texto (ainda em sua fase de contato inicial com a materialidade textual), eles demonstraram achar engraçado o fato de tratar-se da esposa do presidente do Brasil. Na discussão entre os componentes do grupo, os alunos abordaram questões do texto que retomam discursos anteriores.

Figura 1 – Texto-base Reportagem

<p>OFICINA DE LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL          ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARZA ELIZABETE OLIVEIRA ESTRELA          ANO: 9º TURMA: A MATUTINO DATA: / /          PROFESSORA RESPONSÁVEL: Ana Paula Fogundes          ALUNO (A):</p> <p>Leia O TEXTO a seguir:</p> <p><b>Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”</b></p> <p><b>A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice</b></p> <p>18/04/2016 Revista Veja          Juliana Lima/Agência</p> <p>Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 73 anos, levou Marcela, de 32, São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, um no toilet, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava recesso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa.</p> <p>Bachelar em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu <i>curriculum vitae</i> um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos</p>	<p>de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).</p> <p>Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleleiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Paula luzeu bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleleiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem no meu salão, ela deixava os seguradores do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleleiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público poucas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Marinha Medeiros.</p> <p>Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, kitesista e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado <i>Indómita Intimidade</i>. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incóndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.</p> <p>Michel Temer é um homem de sorte.</p>
---	---

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Elaboração: A autora (2017).

Em seguida, fizemos a leitura de uma propaganda do ano de 1947, que apresentava uma dona de casa feliz por ganhar como presente aparelhos e utensílios domésticos. Trouxemos uma propaganda de uma época distante, para comparar com o texto apresentado anteriormente e destacar as representações construídas sócio-historicamente da mulher em ser sempre dona de casa, chamando a atenção dos estudantes sobre como ainda permanece viva na memória discursiva essa representação. Nesse momento, também durante a discussão, abordamos outras propagandas atuais em que os personagens ou modelos fossem mulheres, e eles relacionaram outros textos, como as propagandas de cerveja e automóveis.

Figura 2 – Texto-base Propaganda

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA ELIZABETE OLIVEIRA ESTRELA  
ANO: 9º TURMA: A MATUTINO DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
PROFESSORA RESPONSÁVEL: Ana Paula Fagundes  
ALUNO (A): \_\_\_\_\_

Leia O TEXTO a seguir:

Epel (Vida Melhor para Mulheres) - 1947  
Mais uma pérola da publicidade. Hoje, o anúncio da Epel poderia ser considerado ofensivo pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, por sugerir que o trabalho doméstico é obrigação exclusivamente feminina.  
"Assim, a vida é melhor. Aparelhos elétricos de real utilidade para conforto das donas

**ASSIM, A VIDA É MELHOR**

Aparelhos elétricos de real utilidade para o conforto das donas de casa  
MAYOR ESPECIAIS PARA AS SENHOREZAS

**INDÚSTRIAS REUNIDAS INDIAN EPEL LTDA.**

PROPAGANDA. Disponível em: <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/12/epel-vida-melhor-para-mulheres-1947.html>. Acesso em: 22/10/2016

Disponível em: <<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/12/epel-vida-melhor-para-mulheres-1947.html>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Elaboração: A autora (2017).

Para encerrar as leituras desse dia, fizemos a leitura da música *Sem massagem*, de Bailão do Robyssão. Essa letra de música foi selecionada pelo fato de ser uma música ouvida pelos alunos e alunas na escola, no entanto percebemos que em momento algum chegaram a refletir sobre ela.

Figura 3 – Letra de Música

<p>ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA ELIZABETE OLIVEIRA ESTRELA ANO: 9º TURMA: A MATUTINO DATA: ____/____/____ PROFESSORA RESPONSÁVEL: Ana Paula Fagundes ALUNO (A): _____</p> <p>Leia o TEXTO (letra de música) a seguir:</p> <p>Sem Massagem (Bailão do Robyssão)</p> <p>Ela vai lá em casa sem minha permissão Abre a geladeira e come do meu feijão Depois quer ir embora na maior cara de pau Fica aí mulher vai rolar um bacanal</p>	<p>Veio porque quis Ninguém te obrigou Cale sua boca e deixe de seu cão</p> <p>Sem massagem quer dizer sem piedade Sem massagem quer dizer sem piedade</p> <p>Com o pitty é sem massagem Com galinho é sem massagem Com o tko é sem massagem Com o boca é sem massagem</p> <p>Então é pau, água e 3 reais de moto taxi</p> <p>Disponível em: &lt;<a href="https://www.letras.mus.br/bailao-do-robyssao/sem-massagem/">https://www.letras.mus.br/bailao-do-robyssao/sem-massagem/</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2016</p>
--	---

Elaboração: A autora (2017).




No segundo encontro, ocorrido no dia 21/03/17, fizemos a leitura de uma charge referente ao Dia Internacional da Mulher e a leitura de um conto literário de Marina Colasanti, intitulado *De água nem tão doce*. Os dois textos abordavam a mulher em momento de trabalho. Alguns alunos rejeitaram essa situação, deixando claro em seus dizeres que não se identificaram com a personagem feminina dos textos. Optamos por fazer a leitura e discussão desses dois textos no mesmo dia por apresentar situações em que marcam, histórica e socialmente, o lugar da mulher na sociedade.

Figura 4 – Textos-base Charge e Conto

OFICINA DE LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL  
 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARTA ELIZABETE OLIVEIRA ESTRELA  
 ANO: 9º TURMA: A MATUTINO DATA: \_\_\_\_\_  
 PROFESSORA RESPONSÁVEL: Ana Paula Fagundes  
 ALUNO (A): \_\_\_\_\_

Leia O TEXTO a seguir:



Duke. Disponível em: <<http://www.dukechargista.com.br>>. Acesso em: 13 dez. 2011.


**De água nem tão doce**

Criava uma sereia na banheira. Trabalho, não dava nenhum, só a aquisição de camarão, já estava treinada para o cotidiano da vida entre azulejos.

Cartava. Melopelas, a princípio. Que aos poucos, por influência do rádio que ele ouvia na sala, foi trocando por músicas de Roberto Carlos. Baixinho, porém, para não incomodar os vizinhos.

Assim se ocupava. E com os cabelos, agora pálido ouro, que trançava e destranchava sem fim. "Sempre achei que sereia era louca", dissera ele um dia trazendo tinta e água oxigenada. E ela, sem sequer despedir-se dos negros cachos no reflexo da água da banheira, começara dócil a passar o pincel.

Só uma vez, nos anos todos em que viveram juntos, ele a levou até a praia. De carro, as escamas da cauda escondidas debaixo de uma manta, no pescoço a coleira que havia comprado para prevenir um recrudescer do instinto. Baixou um pouco o vidro, que entrou ar de maresia. Mas ela nem tentou fugir. Ligou o rádio, e ficou olhando as ondas, enquanto flocos de espuma caíam de seus olhos.



Marina Colasanti. *Contos de amor rasgados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Charge. Disponível em: <<http://www.dukechargista.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2016.  
 Conto. Fonte: Livro didático de Língua Portuguesa, Coleção Jornadas, 9º ano, p. 167.

Elaboração: A autora (2017).

Encerramos as leituras com a discussão da tirinha da personagem *Mafalda*. Optamos por trazer esse texto para mostrar que mesmo discursos cristalizados na sociedade podem ser rompidos, questionados.

Figura 5 – Texto-base Tirinha

OFICINA DE LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL  
 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA ELIZABETE OLIVEIRA ESTRELA  
 ANO: 9º TURMA: A MATUTINO DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 PROFESSORA RESPONSÁVEL: Ana Paula Fagundes  
 ALUNO (A): \_\_\_\_\_

Leia O TEXTO a seguir:

Disponível em: <[http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero\\_04/pdf/no04\\_artigo02.pdf](http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo02.pdf)>.  
 Acesso em: 22 nov. 2016.

Elaboração: A autora (2017).

Após a leitura e discussão dos textos-base em sala de aula, iniciamos, nos encontros dos dias 22 e 23/03/2017, a produção escrita do texto pelos alunos, para, posteriormente, verificarmos os efeitos de sentido em tais produções. Vale ressaltar que, durante a produção escrita, os alunos continuaram a discussão entre eles, em alguns momentos, com interdição da pesquisadora a fim de sanar algumas dúvidas. Por fim, no encontro do dia 24/03/2017, elaboramos a escrita final dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa.

## TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação constitui-se um passo importante para a ADLF. A prática de interpretar pressupõe um olhar atento, para que se consiga perceber o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. Orlandi (2015, [1999], p. 57) defende a construção de um dispositivo de interpretação:

Este dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.



A AD vai de encontro ao que seja o sentido “verdadeiro”. Em um enunciado, o que se busca não é um real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. De acordo com Orlandi (2015, p. 57), a própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade o jogo de não controlar os sentidos. Isso demonstra que o enunciado desliza e permite as várias interpretações, ou seja, está propenso a tornar-se outro.

O enunciado desliza, quer dizer que uma palavra pode ter sentidos outros; não há um sentido literal pronto, guardado, esperando para ser revelado. Não temos o controle dos sentidos, porque há o equívoco – trabalho da ideologia e do inconsciente.

Assim, o analista deve estar atento à interpretação dos enunciados para esclarecer os processos de identificação (apesar de falar a mesma língua, os sentidos são diferentes) através da sua análise. Orlandi (2015, p. 58) explica que a interpretação aparece em dois momentos da análise:

- a) Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta, e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito, que constitui o sentido submetido à análise;
- b) Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso, é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

Baseando-se nas orientações descritas anteriormente, buscamos investigar quais os discursos que permeiam o sujeito mulher nos textos dos alunos. Do total de 30 textos, foram escolhidas 10 (dez) dissertações escolares. A escolha foi feita a partir da observação dos textos com mais evidências de efeitos do discurso machista em relação à mulher. Além disso, os textos escolhidos foram aqueles em que ficaram mais marcadas as formações discursivas e ideológicas como elementos para análise. Essa forma de selecionar o *corpus* já inicia o trabalho de análise do mesmo, ratificando, assim, o que Orlandi (2015, p. 61) pontua, quanto ao fato de a construção do *corpus* e a análise estarem intimamente ligadas, pois escolher um *corpus* discursivo já decide sobre propriedades discursivas.

Posteriormente à seleção das sequências discursivas selecionadas das produções textuais dos estudantes, selecionamos os recortes para serem analisados. Utilizamos recortes

para a análise, a fim de percebermos o modo de funcionamento do discurso. Orlandi (2001, p. 139) entende que recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem e situação: “o texto é o todo que organiza os recortes”, os quais estão atrelados às condições de produção e à situação discursiva.

Assim, os critérios utilizados, a fim de selecionarmos os recortes que julgamos mais relevantes nesta pesquisa, foram: o aluno que participou de todo o processo da oficina em sala de aula; o aluno que teve maior rendimento na escrita, contemplando em suas produções os elementos interpretativos da AD em que apresenta o dito pelo não dito, o dizer do sujeito em lugares diferentes, como também ditos de formas diferentes, e o que se diz e o que se silencia. Vale ressaltar que trabalhamos apenas a produção escrita e fizemos uma correção ortográfica das sequências selecionadas, a fim de possibilitar ao leitor uma leitura sem interrupções. Essa correção, no entanto, não compromete o entendimento do enunciado. Podemos observar também que, em algumas dissertações, houve mais de um discurso a respeito da mulher.

**Quadro 1** – Sequências discursivas sobre a mulher.

<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b><u>Redação 1</u></b>	Nos dias de hoje, mesmo que haja algum tipo de preconceito, a mulher consegue ser o que quiser no mercado de trabalho.
<b><u>Redação 1</u></b>	Hoje em dia a mulher ainda é, infelizmente, vista como uma propriedade por alguns homens (...)
<b><u>Redação 1</u></b>	A sociedade antigamente mostrava a mulher como uma pessoa muito frágil e inferior aos homens.
<b><u>Redação 2</u></b>	A sociedade tem discriminação com tudo, se a mulher for jogadora já fala por que é mulher, principalmente, os homens, se for uma motorista, até no casamento por que, acha que se o homem se separar da mulher ele pode pegar todas mulheres e ela não.
<b><u>Redação 2</u></b>	Gente chega de discriminação, nós somos iguais se o homem tem direito a mulher também tem que ter direito.
<b><u>Redação 2</u></b>	Agora vê a discriminação que os homens têm com as mulheres por que, eles acham que o lugar de mulher é na cozinha, fazendo comida, etc. no seu dia a dia.

<b><u>Redação 3</u></b>	[...] direitos iguais se o homem pode trabalhar em uma delegacia por que com nós mulheres têm que ser diferente.
<b><u>Redação 4</u></b>	A maioria das pessoas da sociedade acha que as mulheres devem ficar em casa, preparando comida para seus maridos, cuidando dos filhos, mas não é assim que as mulheres se veem.
<b><u>Redação 4</u></b>	Quem disse que por que elas são mulheres que não podem trabalhar na política sendo prefeita, presidente, mulher tem um papel importantíssimo dentro da sociedade, sua profissão esta sendo mais valorizada, garantindo sua independência, conquistando seu lugar.
<b><u>Redação 4</u></b>	[...] as mulheres são guerreiras, foi batalhando para poder fazer as mesmas coisas que os homens fazem, ter os mesmos direitos ser reconhecida.
<b><u>Redação 4</u></b>	As mulheres estão ocupando um bom lugar na sociedade, elas não são mais vista como sexo frágil, estão garantindo independência financeira, trabalhando em profissão que antes era destinada para homens, como em construção civil, dirigindo ônibus, caminhão, trator fazendo trabalho pesado.
<b><u>Redação 4</u></b>	Elas trabalham em casa sem esperar nada em troca, na verdade nem ganhar reconhecimento dos seus próprios maridos.
<b><u>Redação 5</u></b>	Tem mulher mais calma tem trabalhadora e acordam cedo para lutar e as mulheres têm cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa e tem mulher que não faz nada dentro de casa só faz comer e dormir.
<b><u>Redação 5</u></b>	[...] e não fazem nada só lavar, passar, cozinhar, só isso que ela fazem.
<b><u>Redação 6</u></b>	Os homens pensam que a mulher é piriguete pela roupa que elas vestem.
<b><u>Redação 7</u></b>	A sociedade ver a mulher como uma puta, piriguete, vagabunda etc. Por isso elas não são respeitadas pelos os homens e ele não valoriza elas porque usam taca de short, dança música muito ousada.
<b><u>Redação 8</u></b>	As pessoas veem as mulheres de várias formas, principalmente os homens, vê como uma forma diferente vê a mulher pelo interesse acha que se a mulher vestir roupas curtas é por que é puta ou acha que ta pedindo para ser estuprada.
<b><u>Redação 9</u></b>	A mulher é vista na sociedade como uma dona de casa, trabalhadora, que tá sempre disposta para alguma coisa.
<b><u>Redação 9</u></b>	[...] esses machistas não aceitam nada só fala que o papel da mulher é no fogão e lavar prato, cozinhar para quando o marido chegar não brigar.

<b><u>Redação</u></b> <b><u>10</u></b>	Se um homem trabalha na obra a mulher não pode só porque tem o sexo feminino, aí eles já tratam com preconceitos mas isso não pode acontecer eles muitas vezes que acham isso, mas não é verdade eles estão enganados.
---	--

Fonte: Produções textuais dos alunos  
Elaboração: A autora (2017).

Assim, observamos as dez redações escolares e elegemos cinco categorias para análise, quais sejam: a mulher como sexo forte, a mulher: no lar?, a mulher e o trabalho, direitos das mulheres e corpo e sexualidade da mulher. A partir dessas categorias, buscamos examinar de que forma o interdiscurso, a memória discursiva, as condições de produção e o silêncio funcionam e produzem efeitos de sentido nos discursos dos estudantes sobre a mulher.

Observando a regularidade dessas categorias nas dissertações dos estudantes, segue um quadro com as sequências discursivas (**SD**) que serão trabalhadas:

**Quadro 2** – Categoria: A mulher como sexo forte

<b><u>CATEGORIA - A MULHER COMO SEXO FORTE</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 1</b>	A sociedade antigamente mostrava a mulher como uma pessoa muito frágil e inferior aos homens.
<b>SD 2</b>	As mulheres estão ocupando um bom lugar na sociedade, elas não são mais vista como sexo frágil, estão garantindo independência financeira, trabalhando em profissão que antes era destinada para homens, como em construção civil, dirigindo ônibus, caminhão, trator fazendo trabalho pesado
<b>SD 3</b>	Se um homem trabalhar na obra a mulher não pode só porque tem o sexo feminino, aí eles já tratam com preconceitos mas isso não pode acontecer eles muitas vezes que acham isso, mas não é verdade eles estão enganados.

Fonte: Produções textuais dos alunos  
Elaboração: A autora (2017).

**Quadro 3** – Categoria: A mulher: no lar?

<b><u>CATEGORIA – A MULHER: NO LAR?</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 4</b>	Agora vê a discriminação que os homens têm com as mulheres por que, eles acham que o lugar de mulher é na cozinha, fazendo comida, etc. no seu dia a dia.
<b>SD 5</b>	Elas trabalham em casa sem esperar nada em troca, na verdade nem ganhar reconhecimento dos seus próprios maridos.
<b>SD 6</b>	A maioria das pessoas da sociedade acha que as mulheres devem ficar em casa, preparando comida para seus maridos, cuidando dos filhos, mas não é assim que as mulheres se veem.
<b>SD 7</b>	A mulher é vista na sociedade como uma dona de casa, trabalhadora, que está sempre disposta para alguma coisa.
<b>SD 8</b>	[...] esses machistas não aceitam nada só fala que o papel da mulher é no fogão e lavar prato, cozinhar para quando o marido chegar não brigar.
<b>SD 9</b>	Tem mulher mais calma tem trabalhadora e acordam cedo para lutar e as mulheres têm cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa e tem mulher que não faz nada dentro de casa só faz comer e dormir.
<b>SD 10</b>	[...] e não fazem nada só lavar, passar, cozinhar, só isso que ela fazem.

Fonte: Produções textuais dos alunos

Elaboração: A autora (2017).

**Quadro 4** – Categoria: A mulher e o trabalho

<b><u>CATEGORIA – A MULHER E O TRABALHO</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 11</b>	Nos dias de hoje, mesmo que haja algum tipo de preconceito, a mulher consegue ser o que quiser no mercado de trabalho.
<b>SD 12</b>	A sociedade tem discriminação com tudo se a mulher for jogadora já fala por que é mulher principalmente, os homens se for uma motorista, até no casamento por que, acha que se o homem se separar da mulher ele pode pegar todas mulheres e ela não.
<b>SD 13</b>	Quem disse que por que elas são mulheres que não podem trabalhar na

política sendo prefeita, presidente, mulher tem um papel importantíssimo dentro da sociedade, sua profissão esta sendo mais valorizada, garantindo sua independência, conquistando seu lugar.

Fonte: Produções textuais dos alunos  
Elaboração: A autora (2017).

**Quadro 5** – Categoria: Direito das mulheres

<b><u>CATEGORIA – DIREITOS DAS MULHERES</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 14</b>	Gente chega de discriminação, nós somos iguais se o homem tem direito a mulher também tem que ter direito.
<b>SD 15</b>	[...] as mulheres são guerreiras, foi batalhando para poder fazer as mesmas coisas que os homens fazem, ter os mesmos direitos ser reconhecida.
<b>SD 16</b>	[...] direitos iguais se o homem pode trabalhar em uma delegacia por que com nós mulheres têm que ser diferente

Fonte: Produções textuais dos alunos  
Elaboração: A autora (2017).

**Quadro 6** – Categoria: Mulher corpo e sexualidade

<b><u>CATEGORIA - MULHER: CORPO E SEXUALIDADE</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 17</b>	Os homens pensam que a mulher é piriguete pela roupa que elas vestem.
<b>SD 18</b>	A sociedade ver a mulher como uma puta, piriguete, vagabunda etc. Por isso elas não são respeitadas pelos os homens e ele não valoriza elas porque usam taco de short, dança música muito ousada.
<b>SD 19</b>	As pessoas veem as mulheres de várias formas, principalmente os homens, vê como uma forma diferente vê a mulher pelo interesse acha que se a mulher vestir roupas curtas é por que é puta ou acha que esta pedindo para ser estuprada.
<b>SD 20</b>	Hoje em dia a mulher ainda é, infelizmente, vista como uma propriedade por alguns homens (...)

Fonte: Produções textuais dos alunos  
Elaboração: A autora (2017).

Dessa forma, seguindo a primeira etapa, buscamos, em contato com os textos produzidos em sala de aula pelos alunos, iniciar a análise para identificar nele sua discursividade, a fim de anular o esquecimento nº 2, ou seja, desmistificar que aquilo que foi dito de uma forma não poderia ser dito de outra maneira, e assim buscar compreender diferentes sentidos possíveis.

Embora muitos externassem na fala o que entendiam que o texto motivador transmitia, ressaltamos que os dizeres dos alunos não foram considerados para a análise dos efeitos de sentido, uma vez que não gravamos nem registramos as falas durante a Oficina desenvolvida em aula. Também deixamos aqui registrado que, da mesma forma, meus dizeres, enquanto ministrante da Oficina, não foram considerados para a análise de discurso.

Na segunda etapa, demos continuidade ao trabalho de análise considerando o objeto discursivo, para identificar as variadas formações discursivas, juntamente com as formações ideológicas. Aqui, o analista tenta compreender as condições de produção, e, para isso, observamos a paráfrase e a polissemia. Segundo Orlandi (2015, p. 76),

Ele torna visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Estes outros dizeres aí observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y.

Partindo para a terceira etapa, momento em que visualizamos os processos discursivos, após a leitura e interpretação feita pelos alunos dos textos motivadores, percebemos, nas produções escritas, que não há controle dos efeitos de sentidos produzidos no material simbólico. No entanto cabe ao analista observar os deslizamentos de sentido que constituem a língua. Tal processo discursivo permite entender como a linguagem produz sentido através do funcionamento da ideologia e do interdiscurso, ou seja, na relação língua e história. Posto isso, finalizamos nosso percurso metodológico e passamos para as análises dos dados.

## **5 O DISCURSO SOBRE A MULHER NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PRODUÇÃO DE TEXTOS**

Compreender como as mulheres são discursivizadas em textos escolares é perceber que os efeitos de sentido são gerados a partir dos diversos discursos atravessados na materialidade discursiva e no silêncio constitutivo. Assim, realizaremos, nesta seção, as análises dos dados, com o intuito de compreendermos, a partir dos textos produzidos por alunos, o funcionamento do discurso nestes texto. Para isso, como mencionado anteriormente, analisaremos por categorias. Observaremos os discursos produzidos nos recortes discursivos (**RD**) dentro das sequências discursivas (**SD**) apresentados:

### **UMA FORÇA SIGNIFICATIVA NA SOCIEDADE**

A categoria, considerada inicialmente, A mulher como sexo forte, apresenta a mulher de forma subjugada ao universo masculino, devido a sua força física. Assim, é colocada como sexo frágil numa sociedade predominantemente controlada pelo homem. Nas sequências discursivas que compõem esta categoria encontramos uma tentativa dos sujeitos-autores em desfazer conceitos construídos e já institucionalizados numa sociedade machista, para tentar romper com estereótipos consolidados.

**Quadro 7** – Uma força significativa na sociedade

<b><u>CATEGORIA - A MULHER COMO SEXO FORTE</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 1</b>	A sociedade antigamente mostrava a mulher como uma pessoa muito frágil e inferior aos homens.
<b>SD 2</b>	As mulheres estão ocupando um bom lugar na sociedade, elas não são mais vista como sexo frágil, estão garantindo independência financeira, trabalhando em profissão que antes era destinada para homens, como em construção civil, dirigindo ônibus, caminhão, trator fazendo trabalho pesado
<b>SD 3</b>	Se um homem trabalhar na obra a mulher não pode só porque tem o sexo feminino, aí eles já tratam com preconceitos, mas isso não pode acontecer eles muitas vezes que acham isso, mas não é verdade eles estão enganados.



Nessas SD, é possível observar que se cruzam questões mobilizadas pelo interdiscurso, que, segundo Orlandi (2015, p. 29), é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível. As marcas linguísticas  **muito frágil**, (SD1),  **sexo frágil**, (SD2) e  **sexo feminino**, (SD3), direcionadas às mulheres, mobilizam dizeres em que a mulher, em uma dada situação discursiva, era considerada como a parte mais frágil, delicada, que deveria ser protegida, a princípio, pelo pai e, posteriormente, pelo marido. Segundo Beauvoir (2016, p. 96), o fato de a mulher ser passiva, recatada, delicada e submissa justificava a dependência masculina, sujeitada a sua força e virilidade.

As marcas linguísticas  **antigamente**, (SD1), e  **não são mais**, (SD2) rompem com a formação ideológica dominante de uma época em que a mulher era “desenhada” como o sexo mais frágil. Para Pêcheux (1993[1975], p. 166), a formação ideológica caracteriza um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento. Assim, quando o sujeito discursivo utiliza  *antigamente* e  *não são mais*, confronta-se ao que era estabelecido em outra época, em um dado momento. Essas marcas linguísticas funcionam discursivamente como uma tentativa de rompimento do sujeito enunciativo com a formação ideológica que concebe a mulher como sexo frágil.

Tanto o lugar quanto o papel e as tarefas desempenhadas pelas mulheres dependiam da natureza física feminina. Além disso, possuíam o corpo fraco, os órgãos delicados e frágeis e estavam sujeitas a variações de humor. (PERROT, 2005 [1998], p. 177). Enquanto os homens tentam impor um destino à mulher, ela tenta buscar sua autonomia, que é, segundo Perrot (2005 [1998], p. 153), um desafio para as mulheres em todo o mundo. Diante desses discursos sobre a mulher que percebemos que há uma tentativa por parte dos sujeitos discursivos de rompimento com uma ideologia dominante sobre a mulher, qual seja, a mulher como ser frágil, indefesa. Nesse sentido, os sujeitos buscam se filiar a formações discursivas que trazem a mulher como ser forte, independente e capaz, tão logo se filiam a uma ideologia de mulher sexo forte, com isso são considerados os maus sujeitos quando acessam o interdiscurso para mostrar que se desidentificam com esses discursos mais conservadores, por isso usam as marcas linguísticas de tempo.

## BELA, RECATADA E LIVRE EM QUALQUER LUGAR

Os discursos predominantes trazem a mulher como objeto de conquista e de desejo dos homens. Manter-se elegante, asseada e arrumada despertava o interesse na sociedade. No entanto essa mulher tinha seu lugar predestinado, que era o lar. Independente de assumir outros ambientes, o lar constituía-se como seu lugar natural. Nessa categoria, vamos analisar as SD que trazem a mulher sempre ligada ao lar, ao espaço da casa. As funções da mulher inscrevem-se em sua conformação: uma vagina para receber, um ventre para carregar, seios para amamentar – como os pedaços dos melões – marcam seu destino, feito pelo homem e pelo filho. Nenhum lugar além do lar, segundo Perrot, (2005 [1998], p. 173).

**Quadro 8** – Bela, recatada e livre em qualquer lugar

<b><u>CATEGORIA – A MULHER NO LAR?</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 4</b>	Agora vê a discriminação que os homens têm com as mulheres por que, eles acham que o lugar de mulher é na cozinha, fazendo comida, etc. no seu dia a dia.
<b>SD 5</b>	Elas trabalham em casa sem esperar nada em troca, na verdade nem ganhar reconhecimento dos seus próprios maridos.
<b>SD 6</b>	A maioria das pessoas da sociedade acha que as mulheres devem ficar em casa, preparando comida para seus maridos, cuidando dos filhos, mas não é assim que as mulheres se veem.
<b>SD 7</b>	A mulher é vista na sociedade como uma dona de casa, trabalhadora, que está sempre disposta para alguma coisa.
<b>SD 8</b>	[...] esses machistas não aceitam nada só fala que o papel da mulher é no fogão e lavar prato, cozinhar para quando o marido chegar não brigar.
<b>SD 9</b>	Tem mulher mais calma tem trabalhadora e acordam cedo para lutar e as mulheres têm cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa e tem mulher que não faz nada dentro de casa só faz comer e dormir.
<b>SD 10</b>	[...] e não fazem nada só lavar, passar, cozinhar, só isso que ela fazem.

Transitando pela história e pela memória, vemos, nas SD, enunciados que ativam uma

memória sobre qual lugar deveria ser ocupado pela mulher e como ela deveria se comportar em seu lar. A mulher é discursivizada como dona de casa pela sociedade, sempre em situação de menor favorecimento. É limitada e posta em desigualdade em relação ao homem.

Os enunciados apresentados mobilizam uma memória que inscreve a mulher num ambiente doméstico e limitado. Aqui, a mulher é utilizada para o trabalho doméstico, mas sem nenhuma valorização. Observamos que a imagem da mulher é construída discursivamente, na sociedade, como a mulher submissa, que deve assumir papéis tradicionais – ocupações domésticas e cuidado dos filhos e do marido. De acordo com Bassanezi (2004 [1997], p. 608),

Na família modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida por papéis femininos tradicionais - ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura.

O discurso da mulher “dona de casa”, historicamente construído, coloca-a como a mulher ideal, que está sempre pronta para servir. Lavar, passar, cozinhar, preparar comida para seu marido, cuidar dos filhos são atribuições satisfatórias para uma mulher que não reclama nem reivindica e sustenta a ideologia dominante de que a mulher foi feita para estar e ser dona do lar.

As SD da referida categoria se filiam a formações discursivas consideradas conservadoras. É presentificado na materialidade discursiva o posicionamento machista quando se defende que o lugar da mulher é na cozinha, ou seja, no lar. Entretanto, é possível perceber que outros sujeitos discursivos não coadunam com a ideia de que o lugar de mulher é na cozinha e, portanto, se filiam a outras formações discursivas. Surge aí um conflito ideológico entre as classes. Há, assim, duas posições ideológicas marcadas na sociedade, uma que defende que lugar de mulher é no lar e outra que tenta romper esse estereótipo.

Vale aqui ressaltar que no recorte **A maioria das pessoas da sociedade acha que as mulheres devem ficar em casa**, (SD6), é possível perceber o funcionamento do silêncio, mais precisamente o silêncio constitutivo, ou seja, aquele que para dizer é preciso não dizer. Percebemos que o sujeito discursivo não diz que a mulher não deva trabalhar fora, mas ao afirmar que *devem ficar em casa*, ele silencia o trabalho fora de casa para a mulher. Tão logo, se filia a uma formação discursiva de que a mulher é para o lar.

## PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO NO TRABALHO

O trabalho apresenta-se caracterizado por uma divisão sexual. Há uma especificação entre atividades realizadas por homens e atividades realizadas por mulheres, estabelecida por normas específicas de grupos sociais a depender do gênero e geração. Percebe-se, dessa maneira, que há trabalhos que serão direcionados para mulheres e trabalhos direcionados para homens, configurando uma divisão entre os sexos.

Na perspectiva do marxismo clássico, foi com o surgimento da família patriarcal que essa divisão sexual do trabalho perdeu seu caráter coletivo. O trabalho que até então era realizado pelo conjunto da comunidade, adquiriu um caráter privado e passou a ser realizado por cada mulher isoladamente, dentro do seu lar (COSTA, 2002, p. 70).

Dessa forma, entende-se, então, o modelo de família alicerçado na ideologia patriarcal em que o sujeito homem era visto como provedor financeiro principal da casa, aquele que sai para trabalhar e suprir as necessidades do lar, e a esposa, embora tenha conquistado o direito de trabalhar fora de casa, sempre exercia funções que a vinculasse à esfera doméstica. Conforme Pinsky (2014, p. 189), as funções de dona de casa, esposa e mãe são aqui encaradas como “profissão” ou opções de vida. Ser professora fica em segundo lugar na hierarquia das ocupações honradas adequadas à mulher. Assim, a responsabilidade pela manutenção do lar, seja cuidando dos afazeres domésticos, seja na educação dos filhos e cuidados com o marido era uma atribuição essencialmente feminina.

**Quadro 9** – Participação e valorização no trabalho

<b><u>CATEGORIA – A MULHER E O TRABALHO</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 11</b>	Nos dias de hoje, mesmo que haja algum tipo de preconceito, a mulher consegue ser o que quiser no mercado de trabalho.
<b>SD 12</b>	A sociedade tem discriminação com tudo se a mulher for jogadora já fala por que é mulher principalmente, os homens se for uma motorista, até no casamento por que, acha que se o homem se separar da mulher ele pode pegar todas mulheres e ela não.
<b>SD 13</b>	Quem disse que por que elas são mulheres que não podem trabalhar na política sendo prefeita, presidente, mulher tem um papel importantíssimo

dentro da sociedade, sua profissão esta sendo mais valorizada, garantindo sua independência, conquistando seu lugar.

Na sequência discursiva SD11, o recorte discursivo **a mulher consegue ser o que quiser no mercado de trabalho** revela o rompimento do sujeito com a formação discursiva machista que produz o sentido de que lugar de mulher é dentro de casa e que ela não pode assumir funções desempenhadas pelo sujeito homem. Nesse sentido, há uma desidentificação do sujeito com a formação ideológica dominante, que coloca a mulher, sobretudo, no lar, filiando-se a outra formação discursiva, que afirma que a mulher pode ocupar o lugar que quiser.

A imagem, o comportamento e as atitudes da mulher foram concebidos ao longo dos anos pelos padrões exigidos pela sociedade, colocando o sexo masculino como superior ao feminino. Segundo Pêcheux (1993, p. 82), as imagens que atribuímos ao outro ou que são atribuídas a nós é que fazem funcionar o processo discursivo. Portanto, desmitificando a formação ideológica dominante em que a sociedade se posiciona, percebemos que a imagem que o enunciador em questão faz da mulher é a de que ela é livre para escolher o cargo desejável no mercado de trabalho.

De acordo com Albano e Montero (1982, p. 109), “desde a infância, e até mesmo antes do nascimento, uma série de condicionamentos sociais e culturais exercem sua pressão sobre a formação do papel feminino”. A mulher, então, assume uma posição no casamento, outra no trabalho, e uma posição como mãe.

Como foi exposto, a mulher, mesmo antes de nascer, já é concebida em moldes fixos. Qualquer mulher que se desvinculasse dessa formação discursiva era mal vista sob a ótica da conjuntura social. Segundo Bassanezi (2004 [1997], p. 609), a mulher, agindo dentro dos moldes de determinada exigência, expressaria “marcas de feminilidade”, caso contrário, “a mulher que não seguisse *seus* caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz”. Na questão sexual, as mulheres deveriam manter uma postura impecável diante da sociedade. Sobre isso, Beauvoir (2016) assevera:

O destino que a sociedade tradicionalmente propõe à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo. (BEAUVOIR, 2016, p. 185).

Esse é um destino que a sociedade já naturalizou para a mulher: o casamento. As

mulheres vivem sonhando em se casar. Há uma cobrança da sociedade e, quando o casamento não ocorre, gera-se frustração e sofrimento. Deposita-se sobre seus ombros a responsabilidade de ser dona do lar, privando-a de assumir outras posições que não se refiram à casa, aos filhos ou ao marido.

Com o passar dos anos e com lutas efetivas, muitos direitos femininos foram alcançados. Hoje, embora a discriminação contra as mulheres ainda seja latente, vemos que elas, cada vez mais, apropriam-se dos direitos conquistados buscando, a igualdade entre os gêneros. Ao se desidentificar com a formação discursiva de que o trabalho da mulher se restringe ao espaço doméstico, resignificando os sentidos advindos da formação ideológica patriarcal, o sujeito discursivo torna-se, então, um mau sujeito dessa formação discursiva, passando a identificar-se com a formação ideológica feminista, que concebe direitos iguais entre homens e mulheres.

No RD **A sociedade tem discriminação com tudo se a mulher for jogadora já fala por que é mulher principalmente, os homens se for uma motorista**, da sequência discursiva (SD) 12, é a sociedade que dita, a partir de conceitos já instituídos, quais trabalhos são característicos ao homem e quais tarefas são designadas às mulheres, de acordo com os padrões estabelecidos. Para Bassanezi (2004), as mulheres eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães. Tornar-se jogador de futebol ou motorista são atribuições específicas masculinas. A mulher, ao adentrar no mercado de trabalho e escolher essas profissões, é automaticamente masculinizada e discriminada, inclusive por outras mulheres que não pertençam à formação ideológica que admite o trabalho feminino, e não estão inseridas na formação discursiva que diz que a mulher pode trabalhar onde quiser. Sobre isso, Pinsky (2014) afirma:

“Perder a feminilidade” é, contudo, a ameaça mais comum para a mulher que trabalha e permanece como um pesadelo terrível mesmo depois da maior aceitação social do trabalho feminino. Assim, não faltam apelos para que a mulher “continue a mesma”, pois ela não “comete dano ao incorporar-se às atividades múltiplas” se souber “manter-se com toda sua delicadeza e ternura” e “cuidar para que sua integridade feminina não sofra”. Os riscos do descuido são: perder o amor, o respeito, “os privilégios de seu sexo” e a proteção dos homens, que começarão a tratá-la como competidora (PINSKY, 2014, p. 181).

Surge, então, por parte do sujeito enunciador do discurso, como um efeito de sentido no discurso produzido e materializado no texto escolar, um grito de apelo que revela a sua filiação à formação discursiva que diz que a mulher é livre para atuar no campo de trabalho

que desejar. Esse apelo ocorre na tentativa de enfraquecer discursos consolidados de forma preconceituosa a respeito de alguns papéis assumidos pelo sujeito feminino dentro da sociedade, exigindo a efetivação de direitos que contemplem ambos os sexos.

Já no SD 13, o recorte **quem disse que por que elas são mulheres que não podem trabalhar na política sendo prefeita, presidente, mulher tem um papel importantíssimo dentro da sociedade** rompe com a formação discursiva de que a mulher não pode assumir determinadas profissões por ser mulher.

O discurso produzido no recorte acima, a partir do enunciado em destaque, exalta a capacidade intelectual da mulher, colocando-a em condições equiparadas ao homem para exercer qualquer profissão. A condição biológica da mulher não a incapacita para assumir um posto de serviço de destaque no meio político, como em qualquer outro segmento. O recorte indica que o sujeito enunciator resgata já-ditos da formação discursiva machista que via a mulher exercendo somente atividades trabalhistas dentro do lar, como já apontado por Perrot (2005 [1998], p. 180). Dessa maneira, a mulher estaria fadada a cumprir apenas atividades no lar. Ela “naturalmente” seria impossibilitada de exercer qualquer ofício que exigisse determinado talento intelectual, em profissões de áreas como engenharia, contabilidade, medicina, advocacia, ficando condicionada a exercer sempre uma profissão “feminina”, como ser professora.

## A CONQUISTA DE DIREITOS PARA AS MULHERES

A luta atual da mulher converge, também, para a conquista de direitos que antes lhe foram negados. À proporção que as mudanças ocorriam na sociedade, foi preciso mudar a legislação para acompanhar e enquadrar o “novo” tipo de mulher – mais exigente e que sabe como exigir seus direitos. Diante disso, nesta categoria, analisamos enunciados que reivindicam a criação de novos direitos e o cumprimento de direitos já criados para uma mulher que disputa o seu espaço, não se contentando mais em ficar à margem social.

### Quadro 10 – Conquista de direitos para as mulheres

<b><u>CATEGORIA – DIREITOS DAS MULHERES</u></b>
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>

<b>SD 14</b>	Gente chega de discriminação, nós somos iguais se o homem tem direito a mulher também tem que ter direito.
<b>SD 15</b>	[...] as mulheres são guerreiras, foi batalhando para poder fazer as mesmas coisas que os homens fazem, ter os mesmos direitos ser reconhecida.
<b>SD 16</b>	[...] direitos iguais se o homem pode trabalhar em uma delegacia por que com nós mulheres têm que ser diferente

No enunciado do RD **Gente chega de discriminação, nós somos igual**, (SD 14), o sujeito do discurso utiliza o verbo *chegar* no imperativo, numa demonstração de indignação, evocando a atenção da sociedade de modo geral. Comprovamos isso pela indeterminação semântica do pronome *nós*. Esta marca linguística que funciona discursivamente como um apelo a favor do fim da discriminação é proveniente dos sentidos gerados a partir da formação ideológica feminista, que possibilitou a visibilidade de diferenças socialmente concretizadas entre os gêneros. Nesse contexto, a mulher é discriminada por assumir algumas profissões ou fazer escolhas que a retirem da esfera doméstica, como esposa ou mãe, funções tipicamente impostas à mulher pelo meio social. Ao optar por abdicar das suas funções primeiras e do seu destino “natural”, a mulher novamente é vista com maus olhos e como leviana à luz da sociedade. Acerca dessas diferenças entre os sexos, Beauvoir (2016) afirma:

O privilégio que o homem tem, e que se faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de macho. Da assimilação do falo e da transcendência, resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão um prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. É esse conflito que caracteriza singularmente a situação da mulher libertada (BEAUVOIR, 2016, [1949], p. 506).

No recorte, também podemos notar um apelo à sociedade, no qual o ápice do movimento feminista fica exposto: “*gente chega de discriminação, nós somos igual se o homem tem direito a mulher também tem que ter direito*”.

Já no fragmento “nós somos iguais”, podemos ver o funcionamento do silenciamento, pois, ao enunciar uma palavra, necessariamente apagam-se outras possíveis formas de dizer. “Nós somos iguais” poderia ter sido dito do seguinte modo: “não somos diferentes”, sendo apenas mais uma das possibilidades do dizer. Segundo Orlandi (2015), para dizer, é preciso



não dizer. Em outros termos, os já-ditos revelam o não dito, o qual sempre vai exercer uma ação sobre o dizer. Ainda segundo os termos de Orlandi (2015), o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva.

Vale lembrar que há outra forma de se trabalhar o não-dito na análise de discurso. Trata-se do silêncio. Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 81).

Assim como o âmbito do trabalho exigiu muita luta das mulheres, a fim de que se modificasse a situação de exclusão, no campo da política, o qual reflete a esfera trabalhista, não foi diferente.

As mulheres tiveram acesso tardiamente ao mundo político, prova disso foi a exclusão ao direito de voto. De acordo com Cortês (2013, p. 261), “a mulher – juntamente com os escravos e os homens livres pobres – estava excluída de praticamente todos os atos da vida civil, como votar e ser votada, exercer cargo público, entre outras restrições”. Segundo Pinsky (2014), o sexo feminino sempre foi tido como relativamente incapaz, sendo o homem o responsável legal pelos bens e pela família. Somente a partir de 1962 a mulher passa a se tornar colaboradora do homem.

Apesar de toda luta e toda conquista para reverter a situação de exclusão dentro da política e das demais esferas sociais, a mulher ainda é vista com desconfiança e de forma indesejada nesse universo socialmente comandado por homens.

Já nos enunciados destacados do RD **ter os mesmos direitos** (SD15) e RD **direitos iguais** (SD16), podemos analisar que o sujeito está envolvido com o que ocorre à sua volta, deixando impressas algumas marcas que sinalizam a atual situação da mulher na sociedade. Mesmo com a mudança das leis, numa tentativa de igualar as diferenças entre gêneros, reconhece-se que as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens. Como exemplo disso, vemos uma disparidade no mundo do trabalho quando, assumindo funções iguais no mesmo cargo, as mulheres ainda recebem remuneração inferior à dos homens. Aqui, a análise discursiva pauta-se no **direito** da mulher de ser inserida na esfera política, na tentativa de desfazer a ilusão de que a mulher não tem competência para assumir um cargo de prefeita ou até presidente da República.

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres.

Respaldando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menos inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. (SOIHET, 2013, p. 219)

Essa inserção tardia no mundo da política deve-se a uma ideia que vem, há anos, da sociedade patriarcal europeia, que via a mulher como sexo frágil e o homem como seu soberano, e que não acreditava que a mulher tivesse a capacidade de governar seu próprio lar e educar seus filhos. Luz (1982, p. 14) apresenta o seguinte pensamento:

Escusado dizer que as características que se atribuem à mulher têm a finalidade implícita de apresentá-la como ser humano praticamente desprovido de inteligência, sem aptidão para conduzir, sozinha, sua vida e, evidentemente, a vida política (LUZ, 1982, p. 14).

Dá-se ao homem o poder de conduzir a soberania do lar, representante da razão e da ordem, conforme Luz (1982, p. 15). O homem “apresenta qualidades de soberano: magnanimidade, bondade, misericórdia”, como também, segundo Luz (1982, p. 14), apresentaria “uma natureza “forte”, “racional”, “inteligente”, “fria”.

Na perspectiva da educação direcionada para a mulher, desde o início da colonização, a educação feminina foi baseada em instruções para atividades que expressassem habilidades em trabalho manual, assim como instruções para o bom andamento da família e do lar. Dessa forma, a mulher deveria ser treinada para desempenhar o papel de submissa, como também um bom papel na organização da casa, na criação dos filhos e na atenção ao marido. Para Beauvoir (2016, p. 85), desde o feudalismo até os nossos dias, a mulher casada é deliberadamente sacrificada à propriedade privada.

Muitas mulheres não ousavam ir de encontro a essa situação. Assim, não assumiam uma postura autônoma, como também não enfrentavam a autoridade masculina, nem os preceitos sociais. Viviam de forma limitada, dedicando-se apenas ao marido e aos filhos, uma vez que deveriam ter por aspiração o casamento e a dedicação ao lar.

É a mulher a “rainha do lar”, a encarregada da manutenção e da educação da prole. Cumpre um papel não somente de reprodutora biológica da sociedade, mas também reprodutora ideológica, na medida em que, nos “ensinamentos” que proporciona aos filhos, no atendimento às suas necessidades afetivas, na formação do seu caráter, pelo exemplo vivido de qualidades compatíveis com as suas “características” (acima mencionadas) simplicidade, fidelidade, recato, asseio, um pouco de vaidade (que lhe vem da “natural beleza”) e imaginação, compaixão, bondade e pureza, está moldando à sua maneira, o

futuro cidadão e a futura mãe de família. (LUZ, 1982, p. 15).

As mulheres viviam numa postura de submissão, em uma sociedade na qual o homem possuía total direito sobre ela. Habner (2013, p. 50) afirmava que “na lei e no costume a ideologia da supremacia masculina prevalecia ao casar-se”. Eram submissas sexual e psicologicamente. Isso quer dizer que o corpo da mulher estava à disposição do homem e ela não tinha direito de emitir sua opinião.

Sob a égide do patriarcado, o amor conjugal, por exemplo, não era considerado uma meta, nem mesmo um ideal. O sexo (tolerado) no matrimônio tinha o fim precípua da procriação, sendo o desejo e o prazer vetados às esposas. Aos maridos tais limites não eram aplicados, vigorando uma dupla moral que possibilitava que eles exercessem sua sexualidade como bem entendessem, inclusive, buscando satisfação fora do leito matrimonial (SCOTT, 2013, p. 16).

A mulher sempre foi subjugada. Além de viver na dependência financeira do marido, dependia dele emocional e afetivamente. A ela não cabia expressar nem mesmo seus sentimentos. Não se casava para viver um romance ou um amor correspondido, mas para procriar, cumprindo seu dever.

## DONAS DO PRÓPRIO CORPO

Nesta categoria, apresentamos a mulher sendo discriminada e vulgarizada devido a suas vestimentas e também como objeto de domínio do homem.

**Quadro 11** – Donas do próprio corpo

<b><u>CATEGORIA - MULHER: CORPO E SEXUALIDADE</u></b>	
<b><u>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</u></b>	
<b>SD 17</b>	Os homens pensam que a mulher é piriguete pela roupa que elas vestem.
<b>SD 18</b>	A sociedade vê a mulher como uma puta, piriguete, vagabunda etc. Por isso elas não são respeitadas pelos os homens e ele não valoriza elas porque usam taco de short, dança música muito ousada.
<b>SD 19</b>	As pessoas veem as mulheres de várias formas, principalmente os homens, vê como uma forma diferente vê a mulher pelo interesse acha que se a mulher

	vestir roupas curtas é por que é puta ou acha que esta pedindo para ser estuprada.
<b>SD 20</b>	Hoje em dia a mulher ainda é, infelizmente, vista como uma propriedade por alguns homens (...)

Os RDs **é piriguete pela roupa que elas vestem**, (SD 17), **elas não são respeitadas pelos os homens e ele não valoriza elas porque usam taco de short, dança música muito ousada**, (SD18), **se a mulher vestir roupas curtas é por que é puta ou acha que esta pedindo para ser estuprada**, (SD19) e **a mulher ainda é, infelizmente, vista como uma propriedade por alguns homens**, (SD20) reverberam que os homens sempre desejaram dominar a mulher. Esse desejo foi ratificado pela ideologia patriarcal que organizava, desde a época colonial, as relações conjugais e familiares.

Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim, cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorressem ao uso da força. (LAGE; NADER, 2013, p. 287).

O poder exercido pela dominação masculina é legalizado por essa ideologia patriarcal e expresso através da agressão física, psicológica, verbal e sexual. A ideologia é um elemento de submissão social; submetem-se a ela as classes envolvidas no processo de formação social. Althusser (1985, p. 69) defende que a classe dominante utiliza algum aparelho ideológico do estado para exercer sua força e seu poder “os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam através da ideologia”. Deixemos claro que, aqui, a classe dominante está sendo caracterizada pelo homem dentro do ambiente doméstico, ou seja, é o AIE familiar. Dessa forma, Althusser ainda complementa “os AIE podem não apenas ser os meios, mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de classes”, ou seja, são lugares de conflitos. A dominação masculina é fruto dessa ideologia imbuída na sociedade.

Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar um lócus privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade. Uma moral sexual dupla – permissiva para com os homens e repressiva com as mulheres – atrelava a honestidade da mulher à sua conduta sexual. O comportamento feminino considerado fora do padrão estabelecido para as “mulheres honestas” justificava a violência como forma de disciplina, culpando, no fim das

contas, a mulher pelas agressões sofridas (LAGE; NADER, 2013, p. 287-8).

Por exercer essa dominação, o homem tinha a convicção de pertencimento sobre o corpo da mulher. Não admitia a liberdade total para ela e empenhava uma política de controle sobre seu corpo, sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, falar e rir.

Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontecer, ela está recebendo apenas aquilo que merece (PERROT, 2005, p. 447).

O controle e o poder são particularmente exercidos pelo homem. Dessa forma, funcionam como defesa que o homem pode usar à força para justificar e operar a violência. Essa violência é instaurada, muitas vezes, através do controle do corpo, já que ele não mais pertence à mulher subjugada. O corpo da mulher é um objeto que o marido possui. A mulher não se apropria mais do seu próprio corpo. Assim, primeiro pertence ao esposo, depois aos filhos e, por último, à sociedade, segundo Perrot (2005, p. 447).

O homem usa e agride o corpo da mulher numa tentativa de demonstrar quem manda e revelar sua virilidade. Essas atitudes, que não seriam aceitas se partissem de uma mulher, provocam nelas o sentimento de culpa pela atuação masculina.

A sociedade reforça sem dúvida esse mecanismo (de culpa) ao afirmar por um lado a legitimidade da agressividade masculina e ao supor sistematicamente por outro que se a mulher apanha é porque fez algo para merecê-lo. A mulher torna-se portanto a causa de seu próprio sofrimento (ALBANO; MONTERO, 1982, 116).

Tal agressividade é tão intensa que, por vezes, o homem e a sociedade a legitima colocando a culpa na mulher, devido ao seu comportamento ou ao tipo de roupas que usam. Ratifica-se o que é legitimado na sociedade: a falta de respeito e a agressão que recaem sobre a mulher. Para Lage e Nader (2013, p. 288), existem na sociedade diversas formas de violência cometidas contra as mulheres. A sociedade, ao tolerar tais agressões, acaba naturalizando-as.

A violência contra a mulher remonta a tempos antigos, porém só chegou a ser estudada e pesquisada recentemente, a partir da década de 1970, através do movimento feminista, com o intuito de sensibilizar as mulheres e a sociedade. É caracterizada como um problema social,

instituída ante questões econômicas, sociais, históricas, culturais e políticas.

Maus tratos, físicos e psicológicos, assédio sexual, estupro, espancamentos e assassinatos de mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros revelam uma desigualdade entre homem e mulher no que tange à construção social. Simone de Beauvoir (2016, p. 11) ressalta que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, confirmando, assim, que não são apenas as diferenças biológicas que significam para determinar a formação do sujeito, mas a sua inserção em sociedade e a mediação da cultura.

Esses abusos, na maioria das vezes, ocorrem dentro de casa e entre casais. Por conta disso, o Estado não interferia, entendendo não configurar um problema social. De acordo com Lage e Nader (2013, p. 287), “apesar de um grande número de mulheres de todas as classes sociais serem cotidianamente submetidas à violência de vários tipos, isso era visto como questão de ordem privada”.

Os discursos expostos nos RDs anteriores retomam a questão da posse do homem sobre a mulher, ecoando assim o discurso de autoritarismo e já-ditos como “quem manda aqui sou eu”. Retomam dizeres sobre o papel do homem em relação à mulher, um papel de “senhor”, já que ela é sua propriedade. Como explicam Albano e Montero (1982, p. 115), o corpo da mulher é considerado socialmente uma propriedade do homem, e isso reflete o extravasamento, no corpo da mulher, da agressividade sexual. Esses discursos evidenciam a soberania masculina, pois, se no homem nenhum comentário ruim “pega”, a mulher é julgada e precisa manter um comportamento aceitável pela sociedade. Tanto o homem, quanto a mulher foram construídos socialmente, e, nessa construção, a mulher carrega uma responsabilidade cobrada por todos, inclusive por elas mesmas. Esse discurso foi enunciado no século XXI, época em que, com a contribuição do movimento feminista, muitas conquistas foram alcançadas e muito se discute sobre a temática feminina, o que não era visto, ou era visto em menor grau, no século passado.

Os discursos ressaltam também comportamentos diferentes. O comportamento feminino exposto é o de que a mulher não faz uso de determinado tipo de roupa com a intenção de provocar o desejo sexual do homem, mas para se sentir bonita e valorizada por ele. É uma retomada de apropriação do seu corpo, antes submisso ao homem. Ao contrário, o comportamento masculino ainda retoma dizeres de posse sobre o corpo da mulher.

Na relação de poder entre o homem e a mulher, esta sempre foi estigmatizada. Mas, no processo de luta, liberdade e civilização, ela vem conquistando espaços que fazem recuar explosões de violência masculina e dissipar prisões impostas por conta de um machismo desenfreado. O que cabe a toda a sociedade é não se calar, não silenciar, não aceitar a

ideologia nem o discurso machista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas acerca dos discursos circulados na sociedade e observados no ambiente escolar conduziram-me a investigar e realizar este trabalho. Pretendia entender o que levava cada aluno e aluna a reproduzir discursos que ora eram apenas algumas letras de músicas, ora agrediam ou subjugavam algumas colegas. No entanto, com o desenrolar de toda a trajetória em sala de aula, pudemos perceber que os discursos em seus textos eram reproduzidos do ambiente social em que viviam, confirmando, assim, que o sujeito é um ser construído sócio-historicamente.

Uma das propostas iniciais deste trabalho era investigar a que formações ideológicas e discursivas cada sujeito filiava-se, haja vista os discursos produzidos nas dissertações escolares a respeito da mulher. Após fazermos a verificação das condições de produção do discurso machista, concluímos, neste momento inicial, que os discursos de homens e mulheres entrelaçavam-se. Em consequência, identificamos algumas regularidades presentificadas nos discursos produzidos nas dissertações.

Este trabalho resume-se também uma tentativa de tentar fazer com que cada aluno pensasse em suas atitudes tomadas frente às colegas de classe. Com o andamento da pesquisa, notamos que este seria um material útil aos professores da localidade onde a pesquisa foi feita, e, por conta disso, pretendemos apresentá-la para divulgação dos resultados.

De acordo com a AD, diversos discursos atravessam o texto. Por conseguinte, é possível produzir diferentes efeitos de sentidos, a depender de quem está fazendo a leitura e das condições de produção em que a leitura é realizada. Nos vários textos dos alunos, percebemos o interdiscurso, ou seja, discursos outros que são retomados, algo que foi dito antes, em outro lugar. No entanto, o aluno acredita ser o responsável por aquele dizer, ele tem a ilusão de que é o autor do seu dizer. Esse dizer, quando inserido numa conjuntura ideológica, produz efeitos de sentido variados. No entanto isso não quer dizer que ocorra qualquer sentido, pois ele é controlado pelas condições de produção e pela situação sócio-histórica do sujeito, o qual é constitutivamente marcado pelo inconsciente.

Alguns alunos rompem com essa ideologia dominante quando começam a se posicionar contra a formação ideológica a que estão atrelados, ou seja, começam a desidentificar-se, caracterizando-se como o mau sujeito daquela formação ideológica. Foi o que observamos em alguns textos, quando o discurso machista era confrontado por um discurso contrário, que não permitia e não aceitava determinada situação.

Também verificamos que alguns discursos ainda se identificam com a FD dominante,



gerando confrontos no espaço do dizível, e essa identificação gerou efeitos de sentido que estão em funcionamento nos textos discursivos dos alunos. Por outro lado, presenciamos, em alguns discursos dos estudantes, a desidentificação com a ideologia dominante e a identificação com outra formação discursiva, em decorrência de serem interpelados por uma formação ideológica. Por conseguinte, esses estudantes assumem uma nova posição de sujeito, o que oportuniza uma possível rede polissêmica, rompendo com uma rede parafrástica.

Quanto ao silêncio que atravessa e faz com que as palavras tenham sentido, identificamos o silêncio local, que é aquele que censura, o qual funciona nos textos em que os alunos assumem a posição de sujeito interpelado por uma ideologia, sendo impedidos de envolver-se em outro sentido, em dada conjuntura. O sujeito, nesse caso, fica limitado discursivamente, havendo uma imposição do sentido que é legitimado. Há sujeitos que permanecem filiados, identificados a formações ideológicas e discursivas dominantes, mas há aqueles que se contraidentificam e rompem com a ideologia dominante.

Buscamos estabelecer uma interface entre os dispositivos analíticos da AD, dos efeitos de sentido, das condições de produção e dos textos dissertativos dos alunos, e refletimos sobre os processos constitutivos dos discursos dos alunos sobre a mulher na sociedade. Examinamos seus discursos, seus modos de dizer e de revelar as várias vozes que manifestaram seus posicionamentos.

Assim, o *corpus*, textos dissertativos escolares, não tem a função de responder a hipóteses, mas de viabilizar e proporcionar leituras significantes. Forma-se uma rede de sentidos, a todo o momento acessível a outros sentidos. Dessa forma, os alunos produzem gestos de interpretação.

Seguir uma determinada formação ideológica dominante não foi visto como uma impossibilidade, pois os alunos já trazem discursos de outras formações discursivas, e isso deve ser respeitado. O que deve ser evidenciado é o respeito a essas diversas formações e a possibilidade de estímulo e incitação à produção de sentidos variados, ou seja, um dos possíveis sentidos, não restringindo os sujeitos à censura ou à reprodução de discursos eleitos pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Celina; MONTERO, Paula. Anatomia da violência. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 109-126.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004 [1997]. p.607-639.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. v. 1. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. 1. Trad.: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 126-147.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Ana Alice A. Refletindo sobre as imagens da mulher na cultura política. In: FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo. **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 69-83.

DIAS, Claudia. **Grupo focal: técnica de coletas de dados em pesquisa qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1998.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. São Carlos: Clara Luz, 2008.

HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-64.

HEINE, Palmira. **Tramas e temas em análise do discurso**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **A leitura e os leitores**. Editora Pontes: Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela?** SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 1-11. Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 37-87.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 89-114.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 284-312.

LIMA, Flágila Marinho da Silva. Uma leitura discursiva sobre os modos de funcionamento do silêncio no livro didático de Língua Portuguesa. 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MONTAGU, Ashley. **A superioridade natural da mulher**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

MORENO, Monserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Editora Moderna. Campinas: São Paulo, 1999.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113-165.

ORLANDI, Eni P. **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 13-35.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2015 [1999].

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. A forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado. In: \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad.: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009. p. 197-216.

\_\_\_\_\_. Sujeito, centro e sentido. In: \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad.: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine . A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma**

introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 163-252.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238-259.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC; 2005.

PFEIFFER, Claudia C. O leitor no contexto escolar. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 87-104.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004 [1997].

SANTOS, Aretuza P. **A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido**. 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual da Bahia, 2016.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p 218-237.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

#### **Fontes consultadas:**

Revista Veja. **Bela, recatada e do lar** <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acessado em 20 nov. 2016

Epel (Vida melhor para as mulheres) <http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/12/epel-vida-melhor-para-mulheres-1947.html>. Acessado em 20 nov. 2016.

Sem massagem <https://www.lettras.mus.br/bailao-do-robyssao/sem-massagem/> Acessado em 22 nov. 2016

DELMANTO, Dileta; CARVALHO, Laiz B. de. **Charge**. Livro didático de Língua Portuguesa, Coleção Jornadas 9º ano, p. 27. São Paulo, Saraiva, 2012  
<http://www.dukechargista.com.br>. Acessado em 13 dez. 2013.

DELMANTO, Dileta; CARVALHO, Laiz B. de. **Contos de amor rasgados**. Livro didático de Língua Portuguesa, Coleção Jornadas 9º ano, p. 167. São Paulo, Saraiva, 2012

Tirinha. [http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero\\_04/pdf/no04\\_artigo02.pdf](http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo02.pdf).  
Acessado em 22 nov. 2016.

**ANEXOS**